

Por um anno .....	12\$000
Por seis mezes .....	6\$600
Por tres mezes .....	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha .....	\$060
---	-------

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DA LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

## ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA	
Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$600
Por tres mezes .....	3\$000
Avulso por folha .....	\$040
Annuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DA LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DA LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

COM ESTAMPILHA	
Semestre .....	6\$600 réis
Trimestre .....	3\$600

SEM ESTAMPILHA	
Semestre .....	5\$600 réis
Trimestre .....	3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Sua Magestade El-Rei, tendo em vista a consulta do conselho geral de instrução publica de 5 do corrente, e a do conselho da escola polytechnica de 10 de janeiro ultimo, propondo diversas alterações na distribuição das cadeiras de que se compõem os cursos d'aquella escola: ha por bem, em conformidade do artigo 9.º da carta de lei de 12 de agosto de 1854, e do artigo 4.º da de 7 de junho de 1859, approvar as mencionadas alterações, devendo a organização dos cursos da escola regular-se d'aqui em diante pelo programma, que baixa assignado pelo conselheiro director geral da instrução publica. O que se participa ao director da escola polytechnica de Lisboa para sua intelligencia e devida execução. Paço das Necessidades, em 8 de junho de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

## PROGRAMMA DA ORGANISAÇÃO DOS CURSOS DA ESCOLA POLYTECHNICA DE LISBOA

1.º CURSO (PREPARATORIO PARA OFFICIAES DE ESTADO MAIOR, ENGENHARIA MILITAR E CIVIL)

1.º Anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
2.º Anno	2.ª Cadeira Desenho 10.ª Cadeira 6.ª Cadeira (chimica inorganica e principios de metallurgia)
3.º Anno	3.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 7.ª Cadeira Analise (na cadeira de chimica organica)
4.º Anno	4.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 8.ª Cadeira Geometria descriptiva (2.ª parte)

2.º CURSO (PREPARATORIO PARA OFFICIAES DE ARTILHERIA)

1.º Anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
2.º Anno	2.ª Cadeira Desenho 10.ª Cadeira 6.ª Cadeira (chimica inorganica e principios de metallurgia)
3.º Anno	3.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 7.ª Cadeira Analise (na cadeira de chimica organica)
4.º Anno	4.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 8.ª Cadeira Geometria descriptiva (1.ª parte)

3.º CURSO (PARA OFFICIAES DE MARINHA)

1.º Anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
2.º Anno	2.ª Cadeira Desenho 10.ª Cadeira 6.ª Cadeira (chimica inorganica e principios de metallurgia)
3.º Anno	3.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 7.ª Cadeira Analise (na cadeira de chimica organica)
4.º Anno	4.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 8.ª Cadeira Geometria descriptiva (1.ª parte)

4.º CURSO (PARA ENGENHEIROS CONSTRUCTORES DE MARINHA)

1.º Anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
2.º Anno	2.ª Cadeira Desenho 10.ª Cadeira 6.ª Cadeira (chimica inorganica e principios de metallurgia)
3.º Anno	3.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 7.ª Cadeira Analise (na cadeira de chimica organica)
4.º Anno	4.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 8.ª Cadeira Geometria descriptiva (1.ª parte)

5.º CURSO (CURSO GERAL)

1.º Anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
2.º Anno	2.ª Cadeira Desenho 10.ª Cadeira 6.ª Cadeira (chimica inorganica e principios de metallurgia)
3.º Anno	3.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 7.ª Cadeira Analise (na cadeira de chimica organica)
4.º Anno	4.ª Cadeira Construcções de geometria descriptiva 8.ª Cadeira Geometria descriptiva (2.ª parte)

CURSO (PARA OFFICIAES DE INFANTERIA E CAVALLARIA)

Um anno	1.ª Cadeira Desenho 5.ª Cadeira
---------	---------------------------------------

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 8 de junho de 1860. —José Maria de Azevedo.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença as informa-

ções e parecer do reverendo bispo de Vizeu, com o resultado do concurso a que mandei proceder, para o provimento (na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno findo) da cadeira capitular da respectiva sé cathedral, vaga por obito do conego José Antonio Pereira Monteiro; e attendendo a que o presbytero Manuel de Oliveira, um dos oppositores que compareceu no dito concurso, alem de possuir a habilitação scientifica exigida no artigo 4.º do referido decreto, de que já tem dado provas de idoneidade no exercicio do magisterio, como professor de ciencias ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Manuel de Oliveira de o apresentar no sobredito canonicato vago na sé cathedral de Vizeu, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas no respectivo seminario diocesano, nos termos dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Attendendo ao que me representou o presbytero Abel Augusto de Sousa, um dos candidatos devidamente habilitado, que compareceu no concurso a que mandei proceder, para o provimento de algumas cadeiras capitulares em diversas sés cathedraes do reino, na conformidade dos artigos 3.º e 4.º do decreto de 26 de agosto do anno proximo preterito; e constando das informações recebidas que o referido presbytero, alem de condecorado com o grau de bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e de possuir por tanto a habilitação scientifica exigida no artigo 4.º do citado decreto, se torna merecedor de contemplação por sua postura de costumes: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Abel Augusto de Sousa de o apresentar na cadeira capitular da sé cathedral da Guarda, vaga por obito do seu ultimo e immediato possuidor Francisco da Costa Quaresma, com a obrigação annexa de ensino das disciplinas ecclesiasticas, no respectivo seminario diocesano, por tempo de doze annos, na conformidade dos artigos 1.º e 2.º do citado decreto de 26 de agosto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Tendo attenção ao merecimento, letras e mais circunstancias recommendaveis, que concorrem na pessoa do presbytero José Abilio de Oliveira, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, thesoureiro-mór das sé archiepiscopais metropolitanas de Evora, e actual vigário capitular da mesma metropole: hei por bem fazer-lhe mercê de o promover á dignidade de deão da referida sé, a qual se acha vaga pela promoção do seu ultimo e immediato possuidor a bispo da sé cathedral de Beja.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo de Beja, com os autos do concurso a que mandei proceder, para o provimento da parochial igreja de Santa Maria, da cidade de Beja; e attendendo a que o presbytero Alexandre Ramos Cid, oppositor approvado no dito concurso, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, merecedor de contemplação por sua vida e costumes, e por haver já exercido com louvavel desempenho o ministerio de cura de almas na mesma freguezia a que fez opposição: hei por bem fazer mercê ao sobredito presbytero Alexandre Ramos Cid, de o apresentar na mencionada igreja parochial de Santa Maria, da cidade de Beja, a qual se acha vaga por obito do seu ultimo parochial e ao presbytero Joaquim Antonio Baptista Freire.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Tambem foram apresentados, precedendo concurso, os seguintes presbyteros nas igrejas mencionadas:

José de Barros Pereira, reitor collado na igreja de S. Miguel de Barrocas e Taiaes, apresentado na igreja parochial de S. Salvador de Mazedo. João Joaquim de Soure, egresso da extincta ordem de Santo Agostinho, apresentado na igreja parochial de S. Salvador da villa das Alcaçovas, no arcebispado de Evora.

Manuel José Alves, reitor collado na igreja de S. Pedro de Sanfins da Castanheira, apresentado na igreja parochial de S. Julião de Paço de Vinhaes, no bispado de Bragança.

Bernardino Gomes de Moura, apresentado na igreja parochial de S. João Evangelista de Covas, no arcebispado primaz de Braga.

Antonio José Ferreira, parochial collado na igreja parochial de Santa Eulalia da Palmeira, apresentado na igreja parochial de Santa Eulalia de Balazar, no arcebispado primaz de Braga.

João Patricio Soares, apresentado na igreja parochial de S. Pedro Fins do Torno, no arcebispado primaz.

Expeditam-se tambem os seguintes decretos: Antonio Izidoro de Brito, provido na serventia vitalicia da thesauraria da igreja parochial de Santo Estevão, no bispado do Algarve.

Antonio José da Silva Patacho, presbytero, provido no logar de capellão cantor da sé patriarchal de Lisboa.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e direcção geral dos negocios ecclesiasticos, em 20 de junho de 1860. —Luiz de Freitas Branco, sub-director geral.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852, DECLARADA PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857, COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaxo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

## Lista 1753

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO NO DIA 13 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE SANTAREM

CONCELHO DA GRAMOSA

Comenda de Santa Maria do Pinheiro Grande

27449 Fóro de 750 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Gouveia da Silva—13\$125.

27450 Fóro de 600 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta padre Joaquim Vaz Monteiro—10\$500.

27451 Fóro de 600 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta padre Joaquim Vaz Monteiro—10\$500.

27452 Fóro de sete alqueires e meio de milho, e tres quartas de uma gallinha, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Jacinta, viuva de José Francisco Sargado—37\$833.

27453 Fóro de sete alqueires e cinco dezeses avos de milho, imposto em uma vinha de seis astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Ferreira da Matta—34\$997.

27454 Fóro de seis alqueires e quinze trinta e dois avos de milho, imposto em uma vinha de seis astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta José Felix Pereira—30\$905.

27455 Fóro de quatro alqueires e uma oitava de milho, imposto em uma vinha de dois astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Rodrigues da Assumpção—19\$708.

27456 Fóro de tres alqueires e tres oitavas de milho, e tres gallinhas e tres quartos, imposto em um praso, sito no Carcalho. Emphyteuta José Vaz Canana—26\$125.

27457 Fóro de tres alqueires, tres dezeses avos de milho, imposto em uma vinha de tres astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Vicente de Jesus—15\$229.

27458 Fóro de sete gallinhas e meia, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Rodrigues da Costa—20\$000.

27459 Fóro de quatro gallinhas e meia, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta José Pereira—12\$000.

27460 Fóro de 750 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Gouveia da Silva—13\$125.

27461 Fóro de 600 réis, e dois frangos e um quarto, imposto em uma terra nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Rodrigues da Costa—13\$250.

27462 Fóro de 375 réis, e tres quartos de uma gallinha, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Rita Maria Julia—8\$562.

27463 Fóro de seis alqueires e tres dezeses avos de milho, imposto em uma vinha de seis astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Anna da Cruz, viuva—29\$562.

27464 Fóro de tres alqueires e tres quartas de milho, e tres quartos de um frangão, imposto em uma vinha de cinco astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria Victoria Raposo—18\$833.

27465 Fóro de tres alqueires de milho, e tres quartos de um frangão, imposto em uma vinha de quatro astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Gouveia da Silva—15\$250.

27466 Fóro de tres alqueires de milho, e tres quartos de um frangão, imposto em uma vinha de quatro astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Antonio Gouveia da Silva—15\$250.

27467 Fóro de tres alqueires de milho, e tres quartos de um frangão, imposto em uma vinha de dois astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Anna da Cruz, viuva—15\$250.

27468 Fóro de nove gallinhas, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Timotheo—24\$000.

Somma R. .... 383\$946

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1754

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO NO DIA 13 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE VIANNA

CONCELHO DE MONÇÃO

Universidade de Coimbra

27469 Fóro de frangão e meio ou 30 réis, imposto

no casal chamado o Campo de Cabalua, que saiu do casal do Cabezinhas, sito na freguezia de Cambezes. Emphyteutas os herdeiros de João Rodrigues do Carregal—450.

27470 Fóro de 60 réis, imposto no casal chamado o Campo de Verca, sito na freguezia de Moreira. Emphyteuta João Esteves de Prados—900.

27471 Fóro de 90 réis, imposto em uma vinha chamada a vinha das Nogueiras, ou Esperiz, sita na freguezia de Moreira. Emphyteuta D. Brites Josepha, da cidade do Brago—16\$350.

27472 Fóro de 300 réis, imposto no casal chamado das Quintas, sito na freguezia de Barrocas, o qual anda subemphyteuticado. Emphyteuta Manuel de Araujo e Vasconcellos, de Grade—4\$500.

27473 Fóro de 60 réis, imposto em uma vinha em Val de Sirga, que saiu do casal da Cham, sita na freguezia de S. Salvador de Mazedo. Emphyteutas Isabel Godinha e Afonso Pereira, do Pomar—900.

27474 Fóro de 375 réis, e tres quartos de uma gallinha ou 75 réis por elles, imposto no casal chamado dos Aguilhões, sito na freguezia de S. Salvador de Mazedo. Emphyteuta Paschoal Gonçalves, do logar de Cortes—6\$750.

27475 Fóro de 487 1/2 réis, imposto em uma parte do casal chamado de Trancozes, sita na freguezia de Santa Maria dos Anjos de Monção, Troviscoso, e S. João. Emphyteuta D. Maria Jacinta, viuva de Antonio da Rocha Faial—7\$312.

27476 Fóro de 400 1/2 réis, imposto n'outra parte do casal supra. Emphyteuta André Francisco Viana, do logar de Pias—6\$007.

27477 Fóro de 75 réis, imposto em uma casa, sita na rua do Castello, junto á porta da villa de Monção. Emphyteuta o doutor Pedro Esteves—1\$125.

27478 Fóro de 60 réis, imposto em uma casa, sita ao postigo da villa de Monção. Emphyteuta Pedro Lourenço de Almeida—900.

27479 Fóro de 105 réis, imposto em umas casas, sitas na rua da Ferraria da villa de Monção. Emphyteuta João Gonçalves, marchante—1\$575.

27480 Fóro de 120 réis, imposto em dois cháos que n'outro tempo foram casas, sitos na rua do Castello, ou defronte da bateria antiga, onde estão as portas do do do villa de Monção. Emphyteuta Antonio José de Lencós—18\$900.

27481 Fóro de 45 réis, imposto em um campo chamado do Real, junto á villa de Monção. Emphyteuta o padre João da Silva, de Ventozello—675.

27482 Fóro de 26 1/2 réis, imposto em um casal chamado Herdade de Ventozello. Emphyteuta o padre Mathias Rodrigues (tem consortes)—393.

27483 Fóro de 412 1/2 réis, e tres quartos de uma gallinha ou 75 réis por elles, imposto no casal chamado do Feal e Cristello, sito na freguezia de Troviscoso. Emphyteuta João Pereira, de Villa Nova (tem consortes)—7\$312.

27484 Fóro de 90 réis, imposto em uma vinha chamada do Cristello, sita na freguezia de Troviscoso. Emphyteuta Manuel Sanches, do logar de Cristello—1\$350.

27485 Fóro de 315 réis, imposto em uma vinha, sita em Cristello, junta aos faes de Troviscoso—Emphyteuta Cypriano Lopes, do logar de Cristello—4\$725.

27486 Fóro de 60 réis, imposto no casal chamado a Casa, vinha e lata do Cristello, na freguezia de Troviscoso. Emphyteuta o padre Manuel Marinho, que foi reitor da mesma freguezia—900.

Somma R. .... 48\$926

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei; assim como que o vencimento em todos é pelo S. Miguel de setembro.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 1 de junho de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1755

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO NO DIA 14 DE JULHO DE 1860

Fóros que foram da universidade de Coimbra, que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE VIANNA

CONCELHO DE MONÇÃO

Numeração do cadastro

6361

27487 Fóro de 225 réis, vinte e um alqueires de pão terçado, e duas gallinhas e um quarto, imposto em um praso, que consta de casas, curraes, palheiros, eiras, rocos, vinhas e terras, tudo no logar do Marco, freguezia de Nossa Senhora a Bella. Emphyteuta Maria da Rocha, viuva—18\$204.

27488 Fóro de 37 1/2 réis, um alqueire e uma oitava de pão meado, e tres quartas de frangão ou 18 1/2 réis por elles, imposto em um casal chamado a Herdade do Vidal e Coutada da Barroca do Barro, e cerca chamada de Cima, na dita freguezia. Emphyteuta João Alves, viuvo, do logar de Paradella de Baixo, com seus consortes—10\$615.

27489 Fóro de dois alqueires e uma quarta de pão meado, e tres quartos de gallinha, imposto em um casal e terra na vinha da Veiga do Vidal, junto ao campo de Vidal, perto da estrada que desce de Paradella para o extincto mosteiro de Longos Valles. Emphyteuta Francisco Manuel Marinho, com seus consortes—21\$262.

27490 Fóro de 37 1/2 réis, e seis alqueires de pão meado, imposto em um casal, chamado de Linhares, Estivadinha e da Capella de Santa Catharina, no logar de Paradella de Baixo, junto á cerca do dito mosteiro. Emphyteuta João Fernandes Laranjo, do logar de Vidal, e seus consortes—52\$014.

27491 Fóro de 146 1/2 réis, seis alqueires e quinze dezeses avos de pão meado, e uma gallinha e um oitavo ou 180 réis por ella, imposto em um casal, chamado de Linhares do Meio, e Bouças, no limite do logar de Paradella de Baixo, freguezia de Longos Valles. Emphyteuta Manuel Rodrigues, do logar do Outeiro, e sua mulher Francisca Luiza, com seus consortes—65\$106.

Somma R. .... 383\$946

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

Somma R. .... 383\$946

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

Somma R. .... 383\$946

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

Somma R. .... 383\$946

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 30 de maio de 1860. —Antonio Joaquim da Silva.

6369 27492 Fóro de doze alqueires de pão meado, e tres gallinhas e tres quartos, imposto em um casal, chamado da Paradella de Baixo, situado ao nascente da estrada que vae do edificio do Mosteiro de Longos Valles para o logar de Cavenca e Silves, composto de seis moradas de casas, curraes, palheiros, hortas, rocos, deveas, herdades dos Linhares da Costinha, e do Regueiro, tudo na freguezia de Longos Valles. Emphyteuta Francisco Fernandes, do logar de



vierem, podendo desde já examinar-se as respectivas condições.

Camara, em 20 de junho de 1860. — O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

#### GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

Em virtude de um officio do commandante geral da guarda municipal se faz publico que tendo fallecido em 7 de maio ultimo no hospital da marinha o soldado n.º 259 da 5.ª companhia da mesma guarda, Francisco Pereira 2.º, filho de outro do mesmo nome, e natural de Lisboa, deixando espolio no valor de 15\$775 réis, existe esta quantia em deposito no cofre respectivo, para ser entregue a quem mostrar pertencer-lhe; devendo os herdeiros habilitar-se como taes perante a secretaria d'estado dos negocios do reino, pela qual tem de ser expedida a ordem necessaria para se realizar tal entrega.

#### REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Previrem-se os srs. officiaes em commissão n'esta capital que no dia 23 do corrente mez se pagam na commissão dos fundos da dita repartição, á Estrela, as importancias de azeite e lenha fornecidas aos hospitais militares no mez de maio ultimo. Em 20 de junho de 1860. — O chefe da repartição de saude do exercito, Francisco de Assumpção.

#### ARSENAL DO EXERCITO

Sendo necessários oito carpinteiros, quatro pintores, e um vidraceiro, para trabalharem por alguns dias nas obras respectivas ao polygono das Vendas Novas, são convidados os operarios dos ditos officios, que quizerem ir para aquelle destino, a apresentarem-se quanto antes ao mestre da officina n.º 3 do arsenal do exercito, a fim de se conhecer da sua aptidão, declararem o jornal que pretendem vencer, e marcharem para as ditas obras.

Secretaria do arsenal do exercito, 20 de junho de 1860. — Antonio Florencio de Sousa Pinto, major graduado.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS PARES DO REINO

Em consequencia de ter saído com alguns erros typographicos, novamente se publica o seguinte discurso do sr. procurador geral da coroa proferido em sessão d'este tribunal de 6 do corrente.

O sr. Procurador geral da coroa: — ex.º sr. presidente e preclarissimos pares juizes, intimado, não a requerimento meu, e mesmo sem sciencia minha, o ex.º sr. querelado, o dr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, digno par do reino, e conselheiro do supremo tribunal de justiça, que se acha presente, assistido do seu habilitissimo patrono, cujos poderes supponho estarem devidamente legalizados, para assistir no dia 19 do passado mez ao exame de tabellães a que, para complemento do corpo de delicto, se havia de proceder n'este egrejo tribunal, sobre a letra e assignatura da carta attribuida ao dito sr. Ferrão, e que fôrma a base capital da minha petição de querela officiosa contra s. ex.º dada, obedecendo ao mesmo ex.º querelado aquella intimação, e apresentando-se no indicado dia acompanhado tambem, como agora, do seu eximio patrono, apenas se abriu a sessão, e antes de se dar principio ao dito exame, passou logo s. ex.º a declarar que não reconhecia jurisdicção n'esta nobilissima camara para proceder a semelhante exame, nem a acto algum do processo preparatorio, pelo delicto de que eu querelara contra s. ex.º; e que por ser aquelle o primeiro acto para que havia sido citado, apresentava verbalmente antes de tudo a sua excepção de incompetencia, e se recusava a responder a pergunta alguma, que por ventura lhe fosse dirigida sobre o objecto do exame, para que se não deduzisse d'aqui que s. ex.º reconhecia por esse facto a competencia d'esta camara na parte do processo em que a contestava. Acrescentando que, quando lhe constasse e fosse certo que esta respeitavel camara se havia pronunciado já por competente, não só para conhecer da accusação, mas tambem para formar o processo preparatorio, entendia contudo s. ex.º que essa decisão, sendo tomada sem sua audiencia, não o podia prejudicar nem privar do direito de allegar a incompetencia d'esta camara no primeiro momento que para isso se lhe proporcionasse, e por isso requereu o ex.º querelado que se mandasse sustar o dito exame, bem como todo o ulterior procedimento, e que extraordinariamente se convocasse esta respeitabilissima camara, para que, constituída em tribunal de justiça, tomasse especial conhecimento da sua excepção, e resolvesse sobre ella o que entendesse justo, depois de ouvir as conclusões oraes, que n'essa occasião s. ex.º e seu douto patrono apresentariam.

Sendo eu ouvido sobre esta declaração e requerimento, respondi que impugnava a legalidade do chamamento do ex.º querelado e da sua assistencia ao acto do exame de peritos, que para aquelle dia estava marcado, e por consequencia contestava o seu direito para fazer declaração ou requerimento algum tendente a estorvar e differir semelhante exame.

Que essa diligencia fôr por mim requerida para completar o corpo de delicto, porque ainda quando o ex.º querelado judicialmente confessasse, como já extrajudicialmente o havia feito, a originalidade authenticidade ou a autographia da sobredita carta, a sua confissão contudo não bastaria, segundo a lei (artigo 901.º da reforma judiciaria), para supprir a falta do corpo de delicto, e que, consultando eu o artigo 903.º § 1.º da mesma reforma, onde se indicam as pessoas em cuja presença taes exames devem ser feitos, ali não vi indicadas senão a do juiz, a do agente do ministerio publico, a do escrivão, as dos peritos, e as de duas testemunhas; d'onde por conclusão se tirava que a assistencia do supposto delinquentes a esses exames era incoherente com a lei, e portanto uma illegalidade, sem que podesse deduzir-se argumento em contrario do artigo 916.º da mesma reforma, porque esse artigo, que joga com os dois precedentes, é relativo ao acto especial da busca de papeis em casa do presumido delinquentes ou de outrem, acto para o qual militam razões igualmente especiaes que mostram a conveniencia de se a elle presente o réu quando preso ou affiançado, pois que, se para semelhante diligencia se exige a assistencia voluntaria do réu ou do seu procurador, é só para evitar que aquelle possa ter occasião de dizer depois que, se alguns papeis appareceram na casa onde se deu a busca, foi porque algum inimigo seu lá os collocou no mesmo acto da busca, e não porque antes d'ella já lá existissem, razão esta que por certo não milita para o acto do exame de peritos.

Que, não estando assim autorizada por lei a assistencia do ex.º querelado ao exame a que ia proceder-se, não podia a sua excepção de incompetencia, n'aquelle momento offerecida, por modo algum impedi-lo.

Que, em conformidade do artigo 774.º da reforma judiciaria, o tribunal havia de mandar responder a s. ex.º no prazo, não excedente a quinze dias,

sobre a materia da accusação, á vista de uma copia de todo o processo preparatorio, e que, sendo esse, segundo a lei, o primeiro acto que tinha a praticar, era então que s. ex.º poderia, antes de responder, apresentar a sua excepção de incompetencia, quando julgasse assistir-lhe direito para revocar ainda em duvida essa materia, depois de amplamente discutida e decidida por esta camara, tão sã e circumspecta, a qual, na occasião de deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, a poderia tomar na consideração que lhe merecesse, sem necessidade de se ordenar antes d'isso a sua extraordinaria reunião para se occupar novamente d'esse particular assumpto.

A illustrada commissão especialmente encarregada de regular os actos do processo preparatorio, depois de ouvir ambas as partes, se retirou para conferenciar, e em resultado ordenou, que se procedesse ao exame de peritos: que no respectivo acto se lançassem por teor, assim o requerimento do ex.º querelado, como a minha resposta em opposição a elle; e que opportunamente tomaria na consideração que merecesse a materia do mesmo requerimento.

Procedeu-se consequentemente ao alludido exame; mas interrompendo-se a marcha do processo preparatorio, e sem se aguardar pela occasião de o tribunal se reunir para deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, se ordenou com effeito para hoje, não sem grande admiração minha, a sua extraordinaria convocação, a fim de novamente deliberar sobre a questão da incompetencia d'esta respeitabilissima camara para receber a minha petição de querela, e ordenar acto algum do processo preparatorio até á pronuncia, questão levantada pelo ex.º querelado, como disse, no requerimento que apresentou, e se transcreveu no auto do sobredito exame.

Tal é, dignissimos pares juizes, a verdadeira causa efficiente d'esta extraordinaria sessão, e a especialidade do assumpto a que ella foi dedicada.

Mas pelo que venho de expor n'este meu resumo, bem que fiel relatorio, parece-me ter já sufficientemente manifestado o meu individual juizo acerca da legalidade de tão singular convocação.

Sim, sr. presidente, e integerrimos julgadores, embora muito me pezo dizer-lhe, e a considero contraria á lei, e como tal nulla em seus effeitos; porque nullo são os actos praticados contra as leis e direito, segundo o artigo 841.º da reforma judiciaria, e os precedentes alvarás de 11 de junho de 1765 e 26 de setembro de 1769, com os quaes harmonisa a lei jubemus cod. de sacros. eccles. Nullus est momenti quod contra jus profertur.

E por dois capitais fundamentos a reputo eu opposita á lei.

O primeiro é porque a novissima reforma judiciaria no capitulo 6.º do titulo 18.º, mandando observar nos processos d'esta natureza pelo artigo 4.º da lei regulamentar de 15 de fevereiro de 1849, combinado com o capitulo 5.º do titulo 19.º da mesma reforma, não admite a pessoa do querelado, nem outrem por elle, a allegar ou requerer coisa alguma em seu proveito antes da ultimação do processo preparatorio, e só, depois d'elle findo, é que lhe permite allegar e requerer por scripto o que se lhe offerecer, no momento de lhe ser remetida a copia de todo o processo preparatorio, para sobre elle responder nos termos do artigo 774.º da citada reforma, resposta que não lhe é dado sustentar oralmente no tribunal, assim como ao ministerio publico não é dado sustentar a sua, na sessão em que o tribunal deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação: o que se entende a respeito dos crimes ou erros de officio, commettidos no exercicio das respectivas funções, pois que, em relação aos crimes commettidos fóra do exercicio d'ellas, não é permitido ao querelado allegar ou requerer, nem por scripto, quanto mais oralmente, coisa alguma de seu direito, antes de o tribunal proferir a sua decisão sobre a procedencia, ou improcedencia da accusação, como se deixa claramente ver do capitulo 5.º do titulo 18.º da indicada reforma.

D'onde se segue, que a presente reunião do tribunal, para especialmente deliberar sobre um requerimento do ex.º querelado, e a admissão do mesmo digno par a sustenta-lo por si proprio, e por seu doutissimo patrono, n'este respeitavel tribunal, não se compadece com a ordem excepcional do juizo marcada na lei para os processos d'esta natureza; ordem que, por ser de direito publico, como é sabido, não pôde ser alterada por juizo ou tribunal algum, nem mesmo a aprazimento das partes.

O segundo fundamento, por que eu reputo esta reunião do tribunal por contraria á lei, procede do objecto, ou fim, a que ella é destinada.

Seu duvida, o fim desta extraordinaria reunião, foi, como ha pouco disse, para o tribunal tomar conhecimento da excepção de incompetencia opposita pelo ex.º querelado, e resolver sobre ella o que lhe parecer justo em presença das conclusões oraes, assim de s. ex.º, e do seu digno advogado, como das do ministerio publico.

Como poderá contudo esta camara, tão séria e grave, occupar-se outra vez d'essa materia, aliás importante, se para desvanecer as graves duvidas, que a seu respeito haviam suscitado alguns dos dignos pares na occasião em que foi aqui apresentada a lida a minha petição de querela, esta mesma respeitavel camara foi expressamente convocada para conhecer e deliberar sobre semelhante assumpto, e se, depois de uma larga e debatida discussão de seis horas, em que de parte a parte se expenderam as mais valentes razões pró e contra a sua competencia para o preparatorio do processo até á pronuncia, decidiu a final por uma consideravel maioria a favor da sua competencia?

Não terá por ventura uma decisão assim tomada o verdadeiro cunho da reflexão, e madureza, para a tornar no mais subido ponto respeitavel? ou poderá algum attribuir-lhe o vicio da precipitação, para se presumir que foi dada sem conhecimento de causa, e se considerar por esse motivo nulla e revogavel? não de certo, não é de supor que haja quem sinceramente lhe assaie esse defeito, e se abalance a tentar por esse lado vulnera-la.

Os dignos pares juizes haviam estudado com anticipação a materia, discutiram-na largamente em sessão publica, formaram a sua convicção a respeito d'ella, á vista das oppositas razões que se expenderam, e por fim decidiram-na, por uma grande maioria, no sentido que já disse. Nada falta por consequencia a esta decisão, proferida em pleno tribunal, para a sua inteira validade e irrevocabilidade. Mas, supponhamos ainda, argumentand' modo, que ella era revogavel por algum principio: como operar-se a sua revogação por meio de um mero requerimento do ex.º querelado, e das conclusões oraes de s. ex.º e de seu doutissimo advogado, quando é corrente em direito, que os accordados, quer interlocutorios, quer definitivos, dos tribunales judicantes não podem ser revogados pelos proprios tribunales que os proferiram (salvo por concessão de revista), senão por meio de embargos, e não por simples petições ou cotas, segundo o decreto de 19 de novembro de 1784; e que em conformidade do artigo 717.º da reforma judiciaria, o do artigo 13.º da carta de lei de 19 de dezembro de 1843, não são admissiveis hoje nos feitos crimes outros embargos mais, que os de declaração, quando os accordados contêm alguma obscuridade ou ambiguidade, mas não embargos, que offendem na sua essencia ou substancia a decisão dos mesmos accordados?

Por estes fundamentos pois, que comportavam e demandavam sem duvida muito maior desenvolvimento, mas que eu de proposito reduzia a termos breves, para me não tornar prolixo, e fastidioso, parece-me ter convenientemente mostrado a illegalidade d'esta convocação extraordinaria do tribunal, por quanto, nem a ordem do juizo n'estes processos excepçoes, e *sui generis*, a auctorisa, nem, pelo fim a que é destinada, ella pôde dar resultado algum util, sendo-lhe por isso applicavel a regra trivial no fóro: *frustra spectatur casus, cujus eventus nihil operatur*.

Mas como não tenho nas leis meio algum de a impedir, limito-me sómente a protestar contra ella, para que jamais se diga, que eu com o meu silencio a approvei, pois que as impressões dos crimes passam, mas os processos ficam para a todo o tempo mostrar a sua ordem e regularidade, ou os vicios e monstruosidades que os deturpam, e para se afeirir por elles o zelo e pericia de quem na sua organização teve parte.

E não tome algum a opposição que eu faço a este chamamento extraordinario do tribunal por temor de entrar na questão, aliás delicada, da competencia, ou incompetencia, da camara dos dignos pares, no ponto relativo á formação do processo preparatorio pelos crimes em geral de que ella conhece, e em especial por este de que ora se trata; sou o primeiro a reconhecer a mediania dos meus conhecimentos, e a debilidad das minhas forças intellectuaes, comparadas com as de qualquer dos dois abalizados jurisconsultos, que vejo na minha frente, e a quem presto o mais profundo e sincero respeito; não obstante isso, porém, animado pela robustez da minha convicção, sinto-me com coragem bastante para entrar n'este debate, e expor com franqueza, e sem sossobrar, a minha opinião, modesta sim, mas firme e inabalavel, sobre o controvertido assumpto.

Impugna o ex.º querelado a competencia d'esta nobilissima camara para receber a minha querela, e praticar acto algum do processo preparatorio até á pronuncia: eu sustento a sua competencia.

Na sessão do dia 10 de maio ultimo vogaram n'esta respeitavel camara constituída em tribunal de justiça duas opiniões diferentes, com quanto ambas muito dignas de acatamento. Estabeleceram alguns dos sabios juizes preopinantes o principio absoluto, de que á camara dos dignos pares do reino nunca podia pertencer o preparatorio dos processos crimes, de que ella tem a conhecer como tribunal de justiça; estabeleceram outros, em sentido diametralmente opposto, que o preparatorio em taes processos lhe pertencia, sempre que o autor do crime fosse certo, e pela qualidade da sua pessoa, ou natureza do seu cargo, lhe competisse o fóro privilegiado d'esta camara.

En abraço e sustento esta segunda opinião, pela qual a camara se decidiu, feita porém uma indispensavel distincção.

Quero dizer, eu entendo que a camara dos dignos pares é competente para receber a querela, e proceder a todos os actos do processo preparatorio, quando se trata de um crime individual, commettido por alguma das pessoas declaradas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional, uma vez que o crime seja praticado no exercicio das suas respectivas funções.

Passo á demonstração; advertindo porém que este é o meu pensar, segundo o direito constituido: á parte porém o meu juizo, se se tratasse de *jure constituendo*.

Começarei por tanto por convencer o manifesto equivooco em que laboram, a meu ver, os que negam absolutamente a esta camara a competencia para o processo preparatorio em caso algum.

O artigo 41.º e § 1.º da carta constitucional quando estabelece, que é da attribuição exclusiva da camara dos pares conhecer dos delictos individuais commettidos pelas altas e preminentes pessoas, que taxativamente especifica, não quer por certo dizer, que lhe pertence unicamente julgar os delictos commettidos por taes pessoas; a palavra conhecer, na sua accepção juridica, não exprime sómente a ida do julgar, mas pôde abranger tambem a de preparar os processos para a final osentença.

O conhecimento dos crimes (diz o nosso manual Pereira e Sousa no § 13.º das prim. lín. do proc. crim.) consiste na indagação dos delictos e no seu castigo; o que importa o mesmo que dizer, que o conhecimento dos crimes comprehende os actos necessarios para o descobrimento dos delinquentes, actos em que se encerra o preparatorio até á pronuncia, e bem assim o julgamento dos criminosos, para se lhes impor o condigno castigo.

A cada passo as nossas leis estão empregando tambem, em materia crime, o vocabulo — conhecer — no sentido de comprehender, tanto o preparatorio, como o julgamento. Citarei para exemplo os artigos 20.º n.º 5.º, 85.º n.º 2 e 11, combinados com os artigos 358.º e 711.º, o artigo 820.º e 822.º, combinados tambem com os citados artigos 20.º, n.º 5.º e 711.º da reforma judiciaria.

E note-se bem que os dois ultimos indicados artigos da reforma, relativos aos crimes, de que o supremo tribunal de justiça conhece em primeira e ultima instancia, são a lei regulamentar do artigo 131.º § 2.º da carta constitucional, onde se commetteu aquelle preeminente tribunal a attribuição de conhecer (o mesmo termo de que uso no artigo 41.º § 1.º) dos delictos e erros de officio, imputados aos seus respectivos ministros, aos das relações etc., e n'esses artigos os compiladores da reforma, todos jurisconsultos distinctos, tomando a expressão — conhecer — na sua verdadeira accepção juridica, não duvidaram incumbir ao mesmo tribunal o preparatorio dos processos nos crimes commettidos no exercicio das suas funções pelos magistrados sujeitos á jurisdicção d'aquelle tribunal, segundo o citado artigo 131.º § 2.º da carta.

Não é logo a palavra conhecer, de que se serve o alludido artigo 41.º § 1.º da mesma carta, uma razão convincente, para se negar á camara dos dignos pares a sua competencia, em caso algum, para o preparatorio dos processos criminaes, que privativa e exclusivamente lhe pertencem.

E se d'esse artigo se não colhe argumento seguro para sustentar tal negatividade, tambem em abono d'ella nenhum mais forte pôde deduzir-se do artigo 27.º, que com tanta segurança se invoca.

Nesse artigo, como já com a maior proficiencia e fino criterio alguns esclarecidos e facinorosos membros d'este tribunal aqui disseram, não se estabelece a regra geral da competencia d'esta camara para os processos de que estamos tratando, pois que a regra geral está consignada no artigo 41.º § 1.º: estabelece sim uma excepção a essa regra.

Por outra: o artigo 27.º não define as raízas da competencia e jurisdicção d'esta camara, nem marca o ponto fixo em que ella começa: previne uma hypothese especial, e para essa dada hypothese circumscreve os limites, que a auctoridade judicial não pôde ultrapassar.

Se algum par ou deputado, diz o citado artigo (e note-se que não falla das outras mais pessoas mencionadas no artigo 41.º § 1.º, de cujos crimes a camara dos pares tambem conhece), for pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva camara, a qual decidirá se o processo deve continuar, etc.

Quer isto dizer: quando se dêr o caso de se abrir em qualquer juizo um conhecimento summario para se descobrir o verdadeiro autor ou autores, socios ou cúmplices de um delicto, e se, por se mostrar

sufficientemente indiciado, for pronunciado algum par ou deputado, o juiz não poderá, depois da pronuncia, ordenar contra elles mais procedimento algum, e se limitará a remetter o processo da culpa á camara respectiva para os subsequentes effeitos.

E exactamente o mesmo que acontece com os militares, quando são pronunciados no juizo civil por um crime igualmente civil, commettido depois do assentamento de praça, e que não for da natureza d'aquelles em que os militares perdem o privilegio do fóro (regimento de 1 de junho de 1678, §§ 8.º, alvará de 21 de outubro de 1763, §§ 5.º, 7.º e 8.º, aviso de 7 de março de 1771, etc.).

E o mesmo que se pratica tambem com os magistrados judicantes, e do ministerio publico, a respeito dos crimes commettidos fóra do exercicio das suas funções (artigo 1004.º e outros correspondentes da reforma judiciaria); com os empregados do corpo diplomatico (artigo 131.º § 2.º da carta constitucional); e com qualquer outro pronunciado, que tenha por lhe fóro privativo.

Mas, porque as cidades lides figuram a possibilidade de taes pessoas privilegiadas serem pronunciadas, em dadas circunstancias, pelas autoridades judicantes, poderá algum, segundo a boa logica, e são principios de hermenutica juridica, affoitamente avançar, que essas leis firmam o principio absoluto, de que só as autoridades judicantes do lugar, onde foram commettidos os crimes por essas pessoas privilegiadas, é que pertence a formação do processo preparatorio até á pronuncia, e que em caso algum ella pôde pertencer ao juizo privativo onde os delinquentes têm de ser julgados?

Não se rebelam por ventura contra esse principio, em relação aos crimes civis, commettidos por militares, o alvará de 4 de setembro de 1765, o regulamento de 21 de fevereiro de 1816, e outras leis analogas? (Practica criminal do fóro militar a paginas 32 e 92; annaes da antiga sociedade juridica de Lisboa n.º 2 de 1835 a paginas 34; e n.º 4 a folhas 89; o conselheiro Netto, nota ao n.º 5 do artigo 1026.º da reforma judiciaria).

Não resistem do mesmo modo a essa proposição absoluta, em relação aos crimes dos magistrados judicantes e do ministerio publico, os artigos 771.º usque 765.º, 820.º, 822.º e 1240.º da citada reforma?

E não reage finalmente contra o mesmo absoluto principio, com respeito ás pessoas de que o alludido artigo 27.º da carta faz singular menção, bem como as outras mais, especificadas no artigo 41.º § 1.º, a lei de 15 de fevereiro de 1849 no artigo 4.º, e os ultimos supra referidos artigos da novissima reforma judiciaria, a que essa lei se reporta?

Frustrana é pois a invocação dos dois citados artigos 27.º e 41.º § 1.º da carta, só porque n'um se falla em pronuncia do juiz, e n'outro se emprega o vocabulo — conhecer — para se atacar sem limitação alguma a competencia d'esta nobilissima camara quanto ao preparatorio dos processos em geral nos crimes commettidos pelas pessoas sujeitas á sua jurisdicção, e em especial no processo contra o ex.º querelado, que está presente, por quanto d'esses artigos se não colhe argumento algum em abono de tal opinião.

E para que invocar tambem em apoio d'ella os precedentes no nosso paiz, e as praticas dos paizes estrangeiros, se precedente nenhum ha, que possa equiparar-se com o caso de se trata, e se, ainda quando o houvesse, é de todos sabido, que os precedentes não constituem direito; que a jurisprudencia dos arestos caducou, e que prevalece hoje felizmente o principio *legibus et non exemplis judicandum*? e se as praticas das nações estrangeiras, que podem ser muitas vezes aproveitaveis para os legisladores, e mesmo para os julgadores nos casos omissos, de nada para estes inteiramente servem, quando ha no reino, como succede na materia summa, legislação clara, positiva e terminante, por onde lhes cumpre regular as suas decisões? (ordenação livro 1.º titulo 5.º § 4.º, lei de 18 de agosto de 1769).

Qual é porém a lei clara, positiva e expressa, que regula a materia controvertida?

Eu vou declara-la, e á face d'ella demonstrar, que a camara dos pares, em certos e determinados casos, é competente, e n'outros incompetente, para os actos do processo preparatorio nos crimes de que toma conhecimento.

A lei a que alludo é a de 15 de fevereiro de 1849, que foi de proposito promulgada para regular a execução do artigo 41.º § 1.º da carta constitucional.

Ordena essa lei no artigo 4.º «observar-se-ha n'estes processos (isto é, os que se formarem em consequencia dos delictos, de que esta illustre camara conhece constituída em tribunal de justiça) observar-se-ha, digo, em taes processos, em tudo o que for applicavel, o que se acha estabelecido na novissima reforma judiciaria, e mais legislação em vigor para o julgamento dos crimes e erros de officio, de que conhece o supremo tribunal de justiça em primeira e ultima instancia.

Consultada a reforma judiciaria no logar respectivo, que é o capitulo 6.º do titulo 19.º, e que ficou por consequencia fazendo parte da indicada lei, vê-se que ali se faz uma essencial distincção, com relação aos crimes commettidos pelos juizes e membros do ministerio publico, sujeitos á sua jurisdicção, entre crimes commettidos no exercicio ou fóra do exercicio das suas peculiaes funções.

Quanto aos primeiros manda no artigo 821.º seguir a forma de processo estabelecida no capitulo 5.º do titulo 18.º da mesma reforma; e quanto aos segundos manda observar a forma do processo ordenada no capitulo 6.º do citado titulo.

A forma do processo marcada no capitulo 5.º do titulo 18.º para os crimes de que as relações toman conhecimento, perpetrados pelos juizes de direito e delegados do ministerio publico perante elles, fóra do exercicio das suas funções, consiste na distribuição da querela dada, e do processo preparatorio formado no juizo respectivo da primeira instancia, nos termos do artigo 1228.º e §§ da reforma judicial; no preenchimento de alguma solemidade, ou diligencia que no dito preparatorio falta, descendo para esse fim os autos ao juizo inferior; na deliberação do tribunal sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, e no subsequente julgamento, no caso de o tribunal julgar a accusação procedente.

Outra é porém a forma estabelecida no capitulo 6.º do titulo 18.º para os processos pelos crimes commettidos pelos juizes de direito e delegados, na gerencia das suas funções; pois que esses processos são instantados *ab initio* nas relações: ali é que se dá a querela; que se fôrma o corpo de delicto; se inquiram as testemunhas do summario, e se fazem todos os mais actos do processo preparatorio, observando-se no mais o que se acha determinado no capitulo 5.º.

Toda a vez, pois, que alguma das pessoas, designadas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional, commetter um delicto individual, cujo conhecimento exclusivamente pertença á camara dos dignos pares do reino, e se quizer saber onde se ha de dar a querela e formar o processo preparatorio até á pronuncia, não ha mais que recorrer á distincção feita nos logares da reforma judiciaria, a que a lei de 15 de fevereiro de 1849 no artigo 4.º se reporta.

Se o delicto foi commettido fóra do exercicio das funções, a querela e o processo preparatorio até á pronuncia tem logar no juizo respectivo da primeira

ra instancia; mas se o foi no exercicio das funções, a querela e todos os actos do processo preparatorio têm logar n'esta respeitavel camara, sem que n'isso se dê a menor incompatibilidade, assim como a não ha no supremo tribunal de justiça, e nas relações judicantes, onde varios casos têm havido em que a lei ha sido d'esta forma cumprida, sem o menor embargo ou difficuldade.

Perguntar-se-ha porém, objectando: mas como fazer-se a distincção de crimes no exercicio, e fóra do exercicio das funções, quando alguma das pessoas mencionadas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional não occupar ao tempo da perpetração do crime cargo algum publico?

A resposta é facil. Só em alguns dos membros da familia real se pôde dar essa hypothese; mas, dada ella, como essa pessoa não exerce cargo algum publico, a querela e o processo preparatorio devem necessariamente ter logar no juizo da comarca, onde o delicto foi commettido, ou seja porque este não pôde deixar de ser considerado como alheio das attribuições de algum munus publico, para se lhe applicar a disposição do artigo 821.º da reforma judiciaria; ou porque, entrando na ordem geral dos crimes, se lhe deve applicar a lei commun regular do processo até á pronuncia (o que importa o mesmo), devendo depois d'esse ultimo acto do preparatorio remetter-se o processo a esta camara para aqui se decidir se elle deve ou não continuar, em conformidade do artigo 1003.º da reforma judiciaria, e do artigo 27.º da carta constitucional.

Tal é, no meu pensar, a verdadeira e orthodoxa doutrina acerca da formação dos processos em geral, pelos crimes de que esta preeminente camara toma conhecimento, e taes são os incontestaveis principios que regulam a competencia d'esta camara para os actos preparatorios dos mesmos processos, segundo a legislação positiva e terminante que tenho indicado, sem necessidade de recorrer a precedentes, nem á pratica dos paizes estrangeiros, que para o nosso não tem applicação alguma, nem servem senão para confundir, em vez de esclarecer a questão.

Resta-me agora mostrar, á face d'essa mesma doutrina e principios, a competencia d'esta camara, para proceder aos actos preparatorios do processo especial, relativo ao digno par o sr. Ferrão.

O delicto por s. ex.º commettido, e em que assenta a minha petição de querela, consiste na violação da ordenação do livro 3.º titulo 28.º § 2.º e mais leis apontadas, pelo facto de haver scripto e dirigido ao juiz de direito da comarca de Felgueiras a carta, que já aqui se leu, e está junta ao processo, na qual s. ex.º, sendo, como incontestavelmente é, uma pessoa poderosa em razão dos dois elevados cargos que occupa de digno par do reino, e de conselheiro do supremo tribunal de justiça, descobriu a sua opinião sobre uma questão judicial pendente entre partes, a quem não era até então suspeito, e empregou todos os seus esforços intellectuaes para mover o dito juiz a reformar um seu despacho, em favor de individuos que se achavam por elle pronunciados por um crime soberanamente grave e revoltante.

Tendo eu, pois, em descargo do meu dever, marcado nos artigos 870.º e 917.º § 1.º da reforma judiciaria, bem como no artigo 1.º do decreto de 10 de dezembro de 1852, e no artigo 2.º da carta de lei de 18 de agosto de 1853, de querelar o digno par o sr. Ferrão por este criminoso facto, ao qual a citada ordenação fulminou a pena de suspensão por tempo illimitado (até mercê de El-Rei), posto que hoje não excedente a tres annos, pela disposição do artigo 44.º do codigo penal em vigor; e pensando seriamente qual o juizo onde o ministerio publico devia apresentar a sua petição de querela, decidi-me sem a menor hesitação a apresentá-la eu mesmo n'esta respeitavel camara, por entender, como entendo ainda, que o mencionado delicto foi realmente commettido pelo ex.º querelado no exercicio, e não fóra do exercicio das suas funções de par e de juiz simultaneamente, aliás eu teria mandado dar a querela pelo respectivo delegado do procurador regio no juizo de primeira instancia criminal d'esta cidade, em cujo districto o delicto se devia suppor commettido; respeitando assim os principios geraes da competencia que acabei de expor.

Por que razão, porém, reputei eu, e reputo ainda o delicto do ex.º querelado, como praticado no exercicio das suas funções de par e de juiz?

Eu vou explicá-lo segundo os principios theoreticos e praticos de jurisprudencia criminal, e eis-me consequentemente chegado á parte final, e á mais interessante por certo da minha allegação.

Os crimes ou delictos, isto é, os factos voluntarios, declarados puniveis pela lei penal, segundo a definição dada no artigo 1.º do codigo penal, ou são taes, como vv. ex.º sabem, e todos comprehendem, que offendam o direito geral e commun a todos os cidadãos, e por isso podem ser commettidos por um ou mais individuos de qualquer ordem, classe ou condição que seja; ou taes que offendam sómente o direito especial, restricto a uma fracção de individuos que formam a communhão geral do estado, e por isso não podem ser praticados senão por pessoas pertencentes a essa fracção especial; e d'aqui vem a obvia e racional divisão de crimes geraes (ou communs) e especiaes, como reconhece o codigo penal nos artigos 15.º e 16.º § unico.

Exemplifico. O homicidio, o ferimento, o furto, o roubo, o perjurio, etc., são crimes geraes ou communs, porque podem ser commettidos por qualquer pessoa indistinctamente, e por isso a lei a respeito d'esses crimes se exprime sempre d'este modo: «qualquer pessoa que — todo o individuo que — matar, ferir, furtar, roubar, perjurar, etc., soffrerá tal pena.

Os crimes, porém, de deserção, insubordinação, etc., são especiaes, por serem peculiaes da classe militar: a prevenciação, a revelação do segredo, sabido em razão do emprego; o exercicio de algum cargo publico, sem previo juramento, ou depois da demissão ou suspensão; a peita, a concussão, o peculato, etc., são tambem crimes especiaes, por serem privativos da classe geral dos empregados publicos; passar um facultativo um attestado falso de doença para isentar algum de qualquer serviço publico, recusar-se a prestar o seu officio em caso urgente, etc., são ainda crimes especiaes, por serem restrictos aos que exercem funções clinicas, etc.; e por isso as leis, em relação a estes e outros crimes especiaes, usam da expressão restrictiva «todo o militar que — qualquer empregado publico que — todo o facultativo que — tal crime commetter, etc.»

Se os crimes especiaes, com tudo, forem peculiaes de individuos que pertençam a um gremio, corporação, ou classe particular, a qual faça parte, ou forme uma secção especial de uma classe geral, esses crimes são duplicadamente especiaes, ou especiaesissimos.

Taes são, *verbi gratia*, na ordem dos crimes militares, os que respeitam aos commandantes dos corpos, aos governadores de fortalezas e praças de armas, etc.; na ordem dos crimes dos empregados publicos, os que privativamente pertencem aos empregados do corpo diplomatico, aos juizes, aos escriptaes judicantes, aos carcereiros, etc.; na ordem dos crimes ecclesiasticos os que são igualmente relativos aos ecclesiasticos constituídos em auctoridade, etc.

Ora, feita esta precisa distincção de crimes, fa-







Art. Nenhuma petição que se apresente em juízo, para se intentar acção de anulação ou revogação de direitos, que resultem de algum dos actos sujeitos ao registro pelo artigo 1.º, poderá ser recebida e despachada, nem a acção intentar-se se não depois de ter sido inscripta á margem do registro do acto cuja anulação ou revogação se pretende fazer julgar.

Art. Serão válidas todas as alienações feitas, e todas as hypothecas e quaesquer onus reaes impostos anteriormente á inscriptão ordenada pelo artigo antecedente, no caso em que nem a revogação, nem a anulação forem de natureza de prejudicar estes direitos, contratados antes da acção. Mas se a petição para a acção não tiver sido registrada, o effeito da sentença que julgar a revogação ou a anulação só começará do dia em que o for.

—Lopes Branco.

É admittida á discussão.

O sr. Gonçalves de Freitas—pede que a proposta do sr. deputado fique em discussão com o projecto para ser apreciada na discussão, sem necessidade de ir á commissão.

A commissão tomou, como lhe cumpria, em consideração todas as diferentes emendas, additamentos e substituições que foram offerecidas ao projecto, mas era-lhe impossivel poder dar um parecer fundamentado em relação a cada uma, e para justificar esta impossibilidade basta dizer que estas emendas, additamentos e substituições eram em numero de perto de quinhentas.

Quando ás propostas do sr. deputado e do sr. Ferrer, entendeu a commissão dever dar a resposta peremptoria que deu, visto que não eram do caracter das outras e alteravam quasi completamente o systema do projecto do governo e parecer da commissão, e entendendo esta que devia sustentar o seu projecto, está claro que não podia aceitar as substituições dos illustres deputados.

O sr. deputado quer que a commissão apresente já todos os fundamentos que teve para rejeitar a sua substituição, e diz ser isto conveniente para se regular a discussão, e não ter de fallar duas vezes. Não o entende assim a commissão, porque quando o sr. deputado apresentou a sua proposta, não a fundamentou, ou não apresentou as razões pelas quaes entendeu que ella era preferivel ao projecto da commissão, e por isso a commissão entende que é mais conveniente que o illustre deputado diga quaes são as razões que teve em vista para substituir o projecto na parte que o substituiu, porque a commissão responderá depois.

Quando á proposta apresentada hoje pelo illustre deputado, tem a dizer que este objecto foi muito discutido na commissão. Ali apresentaram-se dois systemas o de transcripção e o de extracto, e a commissão depois de longa discussão adoptou o de extracto, como tinha sido proposto pelo governo, e entendeu-o assim, porque uma vez que seja confiada a pessoas competentes, e cuja responsabilidade seja bastante garantida para o bom desempenho do logar de conservador das hypothecas, esse registro por extracto deve satisfazer a todas as conveniências publicas, e evitar uma grande despesa.

Se o sr. deputado examinar a discussão que houve na Belgica, quando se tratou de um projecto analogo a este, e se adoptou o systema de transcripção, ha de ver que ali se apresentaram razões muito fortes em sustentação do systema de extracto, systema que foi ali proposto pela commissão, e que a camara rejeitou, substituindo-o pelo de transcripção; mas a experiencia ali está mostrando que se não seguiu o melhor principio.

Quando aos membros da commissão que assignaram com declarações, já pediram a palavra; sabem cumprir os seus deveres, e satisfarão aos desejos do illustre deputado, logo que lhes chegue a palavra.

O sr. Araújo—não tinha tenção de fallar sobre a materia, porque quando apresentou a sua proposta, não o fez senão como uma lembrança que apresentava á discussão, acerca da qual pedia a opinião da commissão e dos srs. ministros do reino e justiça. Visto porém ter a palavra responderia a algumas observações apresentadas pelo sr. ministro da justiça na occasião de mandar para a mesa a sua proposta.

Disse o sr. ministro que se não podia propor reforma alguma útil para o paiz, sobre qualquer ramo especial de administração, que se não quizesse logo tornar essa organização geral, abrangendo todos os ramos de administração publica.

Mas quem terá mais razão n'esta parte, o sr. ministro, ou elle, orador? Quem será mais reformador, aquelle que subordina todas as reformas especiaes a um pensamento geral de organização, ou aquelle que quer fazer leis a retalho, creando empregos, repartições e nichos, sem apresentar pensamento algum administrativo?

Qual d'estes systemas será melhor? Não lhe parece que seja o do sr. ministro.

A sua moção reduzia-se a pedir á commissão, e aos srs. ministros do reino e justiça, dessem o seu parecer sobre a conveniencia de dar as attribuições dos conservadores aos delegados dos procuradores regios; como porém, nem a commissão nem o governo entenderam dever dizer cousa alguma, vê-se obrigado a seguir outra idéa, e esta é a de conservar o registro das hypothecas nos administradores do concelho, como actualmente está.

Já mostrou que as administrações de concelho estão hoje com interesses mesquinhos, e que a mesquinhez d'esses interesses fazia com que as pessoas mais habilitadas fugissem d'esses cargos; entendo que se deve aproveitar a occasião para melhorar a posição de empregados que estão fazendo valiosos serviços, commettendo aos administradores do concelho as attribuições propostas para os conservadores.

Acha mesmo um excesso na maneira como se propõe a criação dos conservadores. Diz o sr. ministro da justiça no seu projecto, que os conservadores são sujeitos ao juiz de direito, que recebem ordens do governo por intervenção do juiz de direito. Parece que s. ex. esqueceu a indole do poder judicial, quando vae subordinar a um magistrado, cujas attribuições devem ser unicamente julgar as questões entre partes, um empregado que não tem senão funções executivas. Quo quer dizer o governo transmittir ordens por via do juiz de direito? Não concebe que o governo diga a um juiz de direito «ordene ao conservador que faça tal cousa, ou deixe de fazer.» Não será isto o governo dar ordens ao poder judicial? Não haverá aqui um ataque á independencia do poder judicial? E se o poder judicial se recusar a cumprir as ordens do governo, como actua o governo sobre elle para o obrigar a cumprir-las? Por outro lado o conservador fica dependente só do juiz de direito, e fica muito mais subordinado ao poder judicial do que ao poder executivo.

O sr. Ferrer—depois de ter lido a proposta de lei do sr. ministro da justiça e o seu relatório, e bem assim o projecto da commissão e o relatório que o acompanhava, resolveu não tomar parte n'esta discussão, não só porque approva parte das doutrinas contidas no projecto em discussão, mas pelas circumstancias especiaes em que se acha.

Áinda que o projecto que se discute tem o nome pomposo de codigo de credito predial, bem analysado não se acha n'elle senão uma lei hypothecaria, uma lei que assigna aquillo a que os juriscultos chamam systema hypothecario; mas o systema hypothecario é uma parte integrante do codigo civil, e como tem a honra de pertencer a uma commissão, que está actualmente revendo o projecto do

codigo civil, apresentado pelo sr. Seabra, onde esta materia se acha, reservava para lá a exposição das suas idéas e discussão d'esta materia, porque entende que n'aquelle logar seria a discussão mais proficua do que aqui. Se o projecto do codigo predial passar, e se d'aqui a um anno for approved o projecto do codigo civil, este trabalho cae por terra, por isso que o codigo civil, sendo uma lei posterior, deroga esta; e de mais a mais não comprehende como se possa discutir o systema hypothecario sem ter presente toda a doutrina do codigo civil, pois que o systema hypothecario toca em mil pontos de contacto com a materia do codigo civil.

Por estas razões quiz-se abster de fallar n'esta materia, mas na primeira sessão em que ella se tratou, alguns cavalheiros da maioria vendo que ninguém tomava a palavra na discussão da generalidade, exclamaram com muita razão, que não se devia approvar um codigo sem discussão; provocaram essa discussão; muitos srs. deputados levantaram a luvá, e choveram sobre a mesa tantas emendas, que ouviu dizer ao sr. relator da commissão, que chegavam a quinhentas.

Tambem elle, orador, apresentou duas emendas, uma sobre a hypotheca dos curadores dos menores, interdictos e ausentes, e outra sobre a expropriação hypothecaria, e é sobre essas emendas que não meceram a honra de ser approvadas pela commissão, que vae dizer das palavras, ainda que sabe que sobre ellas está o cutello da maioria; mas quer acompanhar-las até ao momento da sua morte, e quer que a camara o-o paiz saibam as razões que teve para as apresentar.

Entende que o systema hypothecario para dar as garantias necessarias aos credores e áquelles que têm direitos correlativos sobre as pessoas que constituem a hypotheca, e para poder servir á conservação e desenvolvimento do credito predial, deve basear-se em dois principios. Primeiro, a publicidade manifestada pelo registro. Segundo, o prompto, facil e seguro embolso do credor pelo pagamento do devedor logo que chega o dia marcado para o pagamento. Se o credor vir que tem diante de si uma longa demanda e incerteza de receber o seu dinheiro, fecha a bolsa, não empresta, e o credito predial desaparece.

O systema do projecto com relação á hypotheca dos curadores é, que o curador constituirá uma hypotheca de accordo com o conselho de familia; se elle não der bens suficientes para essa hypotheca, haverá recurso para os tribunaes de justiça, e se não quizer constituir a hypotheca ou não quizer registra-la, será compellido a isso debaixo da pena de 20 a 200\$000 réis.

E acrescenta o mesmo projecto, que o conselho de familia fica autorisado para poder dispensar o curador d'esta hypotheca. São gravissimos os inconvenientes d'este systema, e o primeiro é, ser um seminario de demandas. Se o curador não dá bens suficientes, ha recurso para os tribunaes; eis a primeira demanda. Se o curador não quer constituir a hypotheca ou não quer registra-la, pôde ser compellido debaixo da pena de 20 a 200\$000 réis; apparece outra demanda. Mas como o conselho de familia fica autorisado para dispensar o curador da hypotheca com recurso para os tribunaes, apparece outra demanda. De modo que por este systema, para a hypotheca se fazer pelo curador, pôde haver tres gravissimas demandas. E quem ha de pagar a despesa d'estas demandas? Se os curatellados não de pagar as despesas da constituição da hypotheca e do registro, e ainda por cima a despesa das demandas, se elles não forem muito ricos, se tiverem uma fortuna mediana, esta desapparece, e acontece-lhes o que acontece a muitos doentes, que se escapam da molestia, não escapam da cura.

Alem d'isso, se o curador não der bens suficientes para a hypotheca, ou se se negar absolutamente a constitui-la e a fazer o registro, haverá duas demandas. E quem ha de administrar os bens dos orphãos n'este intervalo e responder pela sua administração? Ha de ser o curador nomeado que ainda não constituiu a hypotheca e não fez o registro? Isso vae de encontro naturalmente com a doutrina do codigo civil, e deixa os pobres curatellados sem garantia nenhuma, não só no intervalo das demandas, mas ainda depois, porque o curador antes de ser compellido por sentença, pôde dar a sua escusa e ir-se embora.

Deseja portanto que a commissão lhe diga quem é que ha de administrar, durante a constituição e registro da hypotheca, os bens dos orphãos, e qual a garantia que durante este periodo se estabelece a favor d'elles.

Acha ainda outro inconveniente maior. N'este systema não se admittie como garantia se não a hypotheca. Pôde acontecer que o nomeado tutor não tenha bens de raiz não obstante ser muito rico, porque a legislação sobre tutelas maada sempre preferir entre os parentes o mais proximo e o mais rico, porém segundo a doutrina do projecto não o pôde ser por não ter bens de raiz. E eis a razão por que disse que esta materia não se podia discutir fóra do codigo civil.

Tendo assim exposto o projecto do codigo, acrescenta agora que é sua convicção profunda que elle não ha de ser executado, porque se o conselho de familia por um lado deve ser inclinado a proteger os interesses dos curatellados, por outro lado os vinculos que prendem os membros do conselho de familia ao curatellado prendem-o tambem ao curador, e o conselho de familia ha de fazer grande sacrificio em compellir o curador, que já tem o onus da tutela, á hypotheca, principalmente quando se lhe deixa a porta aberta para o dispensar d'ella.

Ora tendo sempre sido reputados pessoas miseraveis os menores, os interdictos e os ausentes, e havendo-se sempre as leis encarregado de os proteger, como é que a commissão autorisa o conselho de familia, para dispensar os curadores d'esta garantia a favor dos curatellados? Pois a commissão que estabeleceu uma pena contra o curador que não constituir a hypotheca e não a registrar, desreza agora essa garantia pela doutrina dos srs. 13.º e 14.º, e consente que o conselho de familia possa dispensar da hypotheca os curadores, todas as vezes que lhe parecer! Pede á camara, por tudo quanto ha, que a approvar o systema do codigo, elimine estes srs. 13.º e 14.º, e tire absolutamente ao conselho de familia o direito de dispensa.

Passa a examinar os dois systemas, que offerece como substituição a este systema.

O primeiro systema é o da hypotheca geral sem registro, deixando ao tutor o direito de quando lhe convier, converter a hypotheca geral em hypotheca especial, fazendo então o registro d'ella. A commissão de certo não reflectiu na sua proposta, porque te-la-ia accetado quando reflectisse n'ella.

Este systema é o mais simples de todos quantos se têm inventado até hoje. O curador nem declara no registro que é curador, e por consequencia que todos os seus bens estão hypothecados aos curatellados, mas chega uma occasião em que lhe convem converter a hypotheca geral em especial, faz essa conversão e vae registra-la; e d'esta maneira satisfaz-se a todas as pessoas interessadas, aos curatellados, ao curador e a quem haja de contratar com o curador: aos curatellados, porque quanto maior for a hypotheca, maior é a garantia; ao curador, porque quando queira contratar, ou levantar dinheiro a juro, pôde converter a hypotheca geral em especial; e ás pessoas que contratarem com elle, porque têm a publicidade.

O outro systema é superior a este e muito mais ao do projecto em discussão. O curador é obrigado a consignar em juizo o producto dos rendimentos annuos ou de quaesquer que tenham os curatellados, e logo que venda alguns é obrigado tambem a consignar em juizo o preço dos bens vendidos. Ir o curador depositar logo que recebe não é grande garantia, mas é de certo a fiança que, elle orador, quizera estabelecida, porque então ha duas garantias, a propriedade do tutor e a do fiador.

Este systema tem ainda outra vantagem, que é, havendo grande tendencia para tornar os capitães circulantes, pôde acontecer que haja homens ricos sem terem bens de raiz para a hypotheca, e por tanto vinham a ser excusos pela falta d'estes bens. Parece-lhe que á vista das vantagens e inconvenientes d'estes dois systemas, o systema mixto da caução e consignação em juizo, é preferivel ao systema da hypotheca geral sem registro, mas com o direito de poder ser convertido em hypotheca especial registrada.

Resta-lhe dizer duas palavras sobre uma outra substituição que apresentou, e que trata d'aquillo a que o projecto chama expropriação hypothecaria; não vê motivo para que a commissão devesse rejeitar a sua substituição, e admira-se de ver as razões com que a commissão a repelli, porque estava persuadido de que ella se não podia repelli de modo nenhum. As razões que a commissão deu para a rejeitar, são que o systema por elle, orador, proposto, era a morte do credito predial; com esta pennada sacrificou-se um systema que reputa bom; mas felizmente para si, a commissão não deixou a cousa no vago, e explicou o seu pensamento.

Elle disse que não podia aceitar esta substituição, porque, pelo systema n'ella proposto, ficava vinculado o capital á terra por dez annos, e pelo systema do projecto desembaraçava-se da expropriação hypothecaria em dez dias.

Pede licença para dizer que nem uma nem outra cousa é verdadeira: não se argumenta assim em um negocio tão grave. A commissão pôde por ventura dizer que por uma acção de dez dias o credor é embolsado logo do seu dinheiro?

Pois porque o projecto falla em acção de dez dias, diz a commissão que se conclue tudo em dez dias, e que o credor findo este prazo está embolsado do seu dinheiro! E onde estão as execuções de preferencias e muitas mil cousas que formam o objecto da execução? Não é por tanto verdade que o projecto do governo e da commissão desembarace, como ella assevera, a expropriação hypothecaria em dez dias.

E será verdade que pelo systema por elle, orador, proposto fica vinculado o capital á propriedade por dez annos? Não é, porque lá fica salvo o direito de remir: o credor chama a conta o devedor, e vae remir; e quando elle não quizer remir, obriga-o a isso.

Pela sua substituição fica a prescripção reduzida a dez annos, mas os dez annos ali não é materia privativa de systema hypothecario, é materia da prescripção para acabar com o direito de remissão. Não se pôde pois dizer que pelo systema da sua substituição permanece o capital vinculado á propriedade por dez annos, em quanto que pelo da commissão acaba em dez dias. Deseja ver combatido o seu systema mas com outra ordem de razões.

Não lhe resta senão dizer duas palavras sobre um objecto que já tem sido tocado por outros oradores: falla das conservatorias. Vota contra as conservatorias, e vota assim porque considera esta lei de uma curta duração: é uma lei para se fazer uma experiencia, e para se fazer uma experiencia não entende que se deva ir encher o paiz de conservadores (apoiados).

Para se fazer uma experiencia bastam os administradores de concelho e os seus escrivães, e até ha uma vantagem para aquelles que têm de fazer o registro de qualquer hypotheca, porque poderão fazer em cada concelho e não terão necessidade de andar cinco, seis e sete leguas, como a lei marca.

Os pobres nunca medram senão em miseria, e não são medramos senão em nichos. Está tudo já cheio por esse reino de empregados publicos, e agora querem-se crear mais os conservadores (apoiados); escrivães dos juizes de direito, escrivães dos juizes ordinarios, delegados, escrivães das camaras, escrivães dos juizes de paz, e agora conservadores! É uma praga enorme; e se se acrescentar a isto, os commandantes das milicias de 1.ª e 2.ª classes (apoiados), são mais os governantes em Portugal que os governados: a democracia fica convertida em aristocracia. Isto não pôde ser.

Bem sabe o que isto quer dizer: é que o governo não podendo com a santidade das suas medidas constituir um partido, quer fazer uma clientela de empregados. O governo quer, se chegar a ter que fazer umas eleições, o que elle, orador, espera não ha de chegar, que não haja ninguém em Portugal que arranje mais de duas duzias de votos, uma vez que não seja recomendado pelo governo, porque para isso tem alem das autoridades e empregados que já hoje existem; os conservadores, os escrivães de conservadores, os commandantes dos batalhões, os commandantes de companhias, os tenentes, os alferes, officiaes inferiores e os milicianos. E o miliciano é mais obediente e passivo que um soldado de tropa de linha; esses eram obedientes e respeitadores, não só obedeciam de dia aos seus commandantes, mas de noite não escapava folgo vivo nas capoeiras (riso).

Portanto, não se votem os conservadores; faça-se a experiencia pelos administradores de concelho. Diz-se que é necessario que o conservador seja um bacharel formado em direito, e que nem todos os administradores de concelho são bachareis formados em direito. Mas elle, orador, entende que é mais necessario que um administrador de concelho seja bacharel formado em direito, do que um conservador, e para prova d'isto basta comparar as funções que pelo codigo predial se attribuem ao conservador, com as que no codigo administrativo se assignam aos administradores de concelho; e se ha horror quando a encarregar os administradores dos concelhos d'estes logares de conservadores, então venha a commissão e o governo a uma transacção; nomeie o governo conservadores, bachareis formados, e uma administração de concelho aos conservadores, porque se fica no mesmo caso; quanto que não haja mais empregados publicos.

Parece-lhe, pois, que o governo e a maioria devem meditar n'isto, e reflectir bem nas suas decisões.

O sr. Ministro da justiça (Mártes Ferrão)—quando ouviu pedir a palavra a um homem que tem passado os seus annos a ensinar em um corpo scientifico, para tratar de uma questão toda de sciencia, mal esperava ver-lhe discutir esta materia tão importante, debaixo do ponto de vista do ridiculo (apoiados). S. ex.º, querendo combater a disposição do projecto que estabelece a criação dos conservadores, entidades que têm a desempenhar funções graves, fallou em nichos; mas s. ex.º não reparou que, pelo systema que adopta, não cria um logar em cada comarca, mas sim em cada concelho (apoiados).

Assim não se discute! Os homens novos têm direito a exigir d'aquelles que os antecederam na vida publica, e que têm feito o seu tirocinio a ensinar, que discutam as materias no parlamento com a seriedade que ellas demandam (apoiados).

Não é dizendo que se criam nichos, e que se vas-

culham capoeiras, que se discutem os negocios publicos; não é assim que se discute uma medida de propriedade e de organização (apoiados).

É necessario saber bem quaes são as garantias que se devem dar aos individuos a quem os poderes publicos vão entregar uma das missões mais importantes na sociedade, debaixo do ponto de vista economico, qual é o modo de ser da propriedade, que vae procurar a sua base no registro (apoiados).

Não sabe se tendo tomado tantos apontamentos se equivocaria quando entendeu que o illustre deputado disse, que segundo os principios geraes de direito publico, quando os governantes eram mais que os governados, tinhamos a aristocracia! Se s. ex.º proferiu esta proposição (apoiados), ella podia ser a unica resposta que devia dar a tudo quanto disse o illustre deputado (apoiados). O illustre deputado está-nos aqui aturando sempre com o direito publico; mas a proposição que ahi formulou não é direito publico, não é cousa alguma! (apoiados) Onde viu o illustre deputado que nos paizes onde são mais os governantes que os governados, tinhamos a aristocracia? (O sr. Ferrer:—foi um equivoque) Foi equivoque, mas não de apparecer muitos equivoques simultaneamente quando continuar a analysar o seu discurso.

Parece-lhe que se devia proseguir no debate d'este assumpto da maneira como elle foi accetado pela camara, e não vir a politica tomar conta de uma medida, que tanto no paiz como no seio da commissão e da camara foi bem accetada pelos homens que representam as diferentes parcialidades politicas (apoiados).

Que a regularidade da discussão pedia que elle, orador, seguisse pela sua ordem os argumentos adduzidos pelos tres oradores que haviam fallado.

Notára que o illustre deputado e seu amigo, o sr. Lopes Branco, parecera achar no parecer da commissão alguma desconsideração para com s. ex.º; mostra que nem da parte da commissão nem da parte d'elle, orador, houve, nem podia haver desconsideração para com um tão distincto membro da camara (apoiados); e expõe os motivos pelos quaes nem a commissão, nem o governo, pôde conformar-se com a substituição apresentada pelo illustre deputado; e por consequencia que não havia motivo para s. ex.º se considerar resentido por não ter sido adoptada a sua substituição.

O illustre deputado havia apresentado uma substituição a todo o projecto do governo, era um systema completo, assim como o do governo tambem; d'ahi resultava que no projecto do s. ex.º havia muitas disposições das que se encontravam no projecto do governo; que não se pôde destacar d'um systema uma ou outra proposição; tudo se liga, e assim difficilmente a commissão poderia ir acceitar um ou outro artigo d'aquelle projecto. N'isto porém não podia haver menos consideração; o illustre deputado sabia bem, que elle orador, e de certo a commissão tinha por elle todo o respeito que era devido a um tão intelligente e distincto magistrado (apoiados).

Que na substituição do illustre deputado haviam pontos em que não podia concordar; citaria por exemplo o grande numero de privilegios immobiliarios; o registro forçado nos privilegios tanto sobre moveis como sobre immoveis; a concessão de attribuições aos escrivães, que em seu entender pertencem ao ministerio publico. Tambem não se podia conformar com a transcripção pela integra no registro. Hoje a Belgica estava a braços com aquelle systema, e podia dizer, que em Portugal seria elle impossivel pela complicada forma de ser da propriedade, que obrigaria á transcripção de mui extensos e complicados titulos. E diria de passagem, que pelo systema do projecto do governo não havia menos segurança, porque não só se estabelecia que o extracto fosse circumstanciado, mas ainda ficavam archivados os titulos extractados, ou indicado o cartorio publico onde se achavam; ficando assim supprida completamente e com vantagem a transcripção.

Segundo a ordem da discussão, passa a responder ás observações apresentadas pelo illustre deputado o sr. Araújo, que fóra o primeiro que tomara a palavra sobre a materia.

Observa que o illustre deputado avancára na camara uma proposição que elle, orador, era o primeiro a reconhecer. S. ex.º dissera: compare-se o que proponho com o que propunha o ministro da justiça, e visse-se quem era mais organisador, mais regulamente, mais vasto na sua idéa; se elle, illustre deputado, se o ministro da justiça. Claramente s. ex.º, porque o illustre deputado n'um pequeno discurso organisou todos os diversos ramos, organisou o poder judicial, organisou o ministerio publico, organisou o antigo systema de administração, e agora organisou a administração actual! Tão vasto pensamento confessava á camara que nunca tivera! Elle, orador, nunca presumiu ser organisador, assigna as suas idéas acerca dos pontos de administração que entende dever organizar, e apresenta essas suas idéas á camara com a maior boa fé (apoiados), sem presumir da sua obra, mas com vehemente desejo de ser útil ao seu paiz.

A organização apresentada pelo sr. Araújo é completamente impossivel para um bom systema de administração publica.

Nas mãos do illustre deputado, uma lei de credito predial, era materia prima de todas as reformas, e de toda a administração! Mas não podia admirar-se, quando via que o illustre deputado queria que os delegados, membros do ministerio publico, fossem conservadores de hypothecas! Era uma novidade em administração.

Que no discurso do illustre deputado haviam mais cousas que o maravilhavam.

Os conservadores subordinados aos juizes era um ataque á independencia do poder judicial! Tudo podia esperar ouvir, menos uma similhante proposição, de um cavalheiro que de certo conhecia a administração, porque por alguns annos havia estado á frente do governo de alguns districtos. Pois podia o illustre deputado, podia a camara acreditar com idéa de administração, como compativel, o exercicio do ministerio publico com o serviço de tabellionato, que era o dos conservadores! (apoiados.) O ministerio publico representava a sociedade perante os tribunaes; a accusação dos crimes, a fiscalização da administração, eram as suas attribuições; querer fazer o ministerio publico conservador de hypothecas, era uma idéa que não tinha de certo quem a paralisasse (apoiados). Mas a independencia do poder judicial era offendida, porque os conservadores ficavam sujeitos aos juizes! A magistratura tinha duas ordens de funções, as de julgar; e funções de administração que as leis successivamente lhe haviam conferido; Nas primeiras era completamente independente; e era esta a belleza do poder judicial, e uma das maiores garantias dadas aos direitos dos cidadãos. Nas segundas entrava na ordem de toda a outra administração. A independencia do juiz era principalmente para julgar, provindo d'ahi a sua maior responsabilidade (apoiados).

Quando conhecia a administração sabia que mil attribuições de administração estavam confiadas ao poder judicial, sem que por isso se entendesse que paralisava a acção do governo. Pois não são sujeitos aos juizes os escrivães; e o governo deixa por isso de ter acção sobre elles? Não era pois um ponto que se discutisse.

Que o illustre deputado tambem queria, que os recursos que se estabeleciam no projecto do conservador para o juiz fossem para o administrador. Pela sua parte elle, orador, havia sempre oppor-se

a que passasse para a administração a decisão de pontos em que assentava o direito de propriedade entre os particulares. Ao poder judicial é que elle pertencia; arrancar-lho seria ferir as garantias que aos individuos dá a independencia com que a sociedade armou o poder de julgar (apoiados).

Mas já que o illustre deputado havia fallado de conservadores, e tratara essa questão, diria que se admirava como a um ponto de pura administração se tinha pretendido dar o caracter de uma questão irritante; pela sua parte nada julgava com menos caracter politico do que a discussão se o registro deveria ou não ser entregue a conservadores. (apoiados). A phrase mesmo prestava-se pouco a uma similhante direcção (apoiados). Trouxe o seu projecto á camara com todas as disposições que entendia convenientes; e ha de com toda a franqueza e força de convicção sustentar tudo aquillo que for necessario para o levar a effeito com vantagem para o paiz (apoiados).

Comprehendia que se podesse impugnar a idéa do projecto, se os illustres deputados entendessem que o pessoal administrativo como está era sufficiente para o novo serviço do registro. Mas os illustres deputados eram os proprios a propor a criação de uma rede de pequenos funcionarios. No projecto propunha-se um conservador por comarca; os illustres deputados substituiam-lhe um escrivão por concelho; as comarcas no continente eram cento e dezoito, os concelhos orçavam por trezentos! Quem era pois que aumentava o funcionalismo? Mas notasse-se que as funções conferidas pela lei eram summamente importantes; o registro devia ser feito por extracto, e certa ordem de faltas envolvia necessariamente nulidade.

O modo de ser da propriedade ia basear-se no registro; como, pois, se queria conferir attribuições assim importantes a funcionarios que, pela exiguidade da retribuição, não seriam de certo os mais habilitados? (apoiados). Pois as funções do registro poderão, sem perigo, ser encarregues a homens tão pouco habilitados, como são os escrivães ordinarios pela maior parte?

Mas dizia-se que os administradores é que eram responsaveis. Como? Não pôde haver responsabilidade legal, quando realmente a não ha de facto. Como pôde o administrador, que não faz o registro, que o não examina, ter a responsabilidade d'elle? (apoiados).

O registro é uma cousa de todas as horas, porque a sua prioridade dá direito; e o administrador é chamado pela natureza do seu cargo a exercer funções muito diferentes, já percorrendo o concelho, já presidindo ou fazendo parte de diferentes commissões, não pôde, pois, tomar a responsabilidade efectiva d'elle (apoiados). Mas quer-se auxiliar a administração, como? Creando em cada concelho um novo funcionario, que ha de absorver o rendimento do registro.

Não se pense que o governo quer privar os administradores dos proventos que hoje lhes provem do registro; de certo que não. O governo deve primeiro compensa-los d'essa parte, reorganizando a administração, e o meio é facil. Basta estabelecer o registro civil (apoiados) para a administração ficar bem compensada (apoiados); e este pôde estabelecer-se por um decreto.

Finalmente, compulsasse-se a legislação das nações cultas, e em todas onde o systema de credito predial está estabelecido, ha empregados especiaes para o registro (conservadores), e na Alemanha ha mesmo tribunaes especiaes de registro; constituindo assim uma magistratura distincta, e não pôde deixar de o maravilhar ouvir dizer ao illustre deputado o sr. Ferrer que ali o registro está entregue aos magistrados administrativos, que correspondem aos nossos administradores de concelho.

O illustre deputado o sr. Ferrer começou por impugnar o titulo da lei, projecto de codigo de credito predial, titulo pomposo, na phrase do illustre deputado. Não se admira elle, orador, de ver assim discutir, porque muitas vezes o viu argumentar acerca da epigraphe de um titulo ou paragrafo; mas que elle, orador, dá pouca importancia a estes pequenos argumentos; pouco lhe importa se um projecto se chama codigo ou não, importa-lhe o fundo das suas disposições.

Mas veja a camara porque é que o illustre deputado entende que não se pôde chamar ao projecto codigo de credito predial: 1.º, porque deveria tratar dos bancos; 2.º, porque é apenas uma lei hypothecaria. Se o illustre deputado quizesse dar-se ao trabalho de ver as collecções de legislação franceza, por exemplo, ali achará denominadas como codigos, as leis especiaes que regulam todo um ramo de direito; nem codigo é outra cousa. (apoiados). Assim codigo da imprensa, da caça, da pesca, florestal, de registro, etc. E porque? Porque comprehendem todo um ramo completo de legislação; para ser codigo não é necessario ter muitos artigos!

Mas o illustre deputado entende que este projecto não merece o nome de codigo, porque não comprehende a legislação de bancos! A legislação de bancos é toda administrativa; os bancos aceitam o direito estabelecido e completo, e sobre elle baseiam as suas operações de credito; e é sobre a forma das operações bancarias que se providencia na legislação de bancos. Em parte alguma se encontra incorporada nos codigos civis a legislação porque se regem as instituições de credito; registre agora a primeira vez! Não é codigo, diz o illustre deputado, porque é apenas uma lei hypothecaria.

Que seja ou não codigo não disputa, como já disse, porque liga mais importancia á cousa em si do que ao nome (apoiados). Mas que o projecto seja apenas uma lei hypothecaria, é uma proposição que lhe causa admiração. Pois os privilegios pertencem ás hypothecas? Pois ha hypotheca sobre moveis? Então o que é o penhor? Pois o registro de todos os modos de ser da propriedade, de todas as suas alterações, de todas as formas de a transmittir, é hypotheca?

Não se invertam, nem se confundam assim os principios mais triviaes, que regem estas materias, hoje conhecidas de todos.

Mas de toda a argumentação do illustre deputado, o que mais o maravilhou foi dizer que sendo approved o codigo civil caducava esta lei.

Seja; mas esta é a sorte das leis que forem derogadas pelas posteriores; é generico de mais o argumento para poder valer. Se uma lei posterior contraria directamente a anterior, é claro que a deroga; mas concluir que pela razão de que o codigo civil, discutido depois d'esta lei, a ha de derogar, é o que não pôde conceber-se.

Pois se esta lei for boa a camara ha de derogar-la quando discutir o codigo civil? Não sabe a camara que a lei hypothecaria belga foi incorporada no seu codigo? Não o foi a lei das fallencias no codigo commercial francez? Não o foi a das circumstancias attenuantes no codigo penal? (apoiados). Deu a hora. Ainda tem alguma cousa que dizer, e por isso é-lhe forçoso ficar com a palavra para a sessão seguinte, ainda que o faz com bastante repugnancia, porque não deseja protrahir o debate.

O sr. Presidente—dá para ordem do dia de amanhã a continuação d'esta materia, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 21 de junho, estiveram presentes á chamada feita á meia hora depois do meio dia

Cancellá, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Mar-



tins, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Arribas, Couto Monteiro, Pequeto, Roberto de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Vicente Peixoto, Palmeirim, Zetzeron Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferri, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Faustino da Gama, Fortunato de Mello, F. Coelho do Amaral, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavião, Pulido, F. Pinto Tavares, Rodrigues Baltha, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, J. C. G. Mello e Minas, João Joaquim de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Chrispiniano da Fonseca, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Pedro Roberto, Meneses Pitta, D. Rodrigo de Meneses, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella e visconde de Portocarrero.

Proposta de lei, applicando para fundação de um hospital, destinado para tratamento das crianças pobres e enfermas, a parte da real quinta da Bemposta que para isso for destinada, apresentada pelos srs. ministros do reino e fazenda, em sessão de 20 do corrente.

Senhores. — Por decreto de 2 de novembro ultimo, expedido pela vitoria da casa real, ordenou Sua Magestade El-Rei que da doação que lhe fora estabelecida, em conformidade da carta constitucional da monarquia, se deduzisse no actual anno economico de 1859 a 1860 a quantia de 91.250.000 réis, e que d'esta somma, 30.000.000 réis fossem applicados para auxiliar a fundação de um hospital destinado unicamente ao curativo e tratamento de crianças pobres enfermas; perpetuando-se com a criação d'este hospital estabelecimento a memoria de Sua Magestade a Rainha D. Estephania, de saudosa recordação, e levando-se a effeito um seu humanitario pensamento.

Para que aquelle generoso donativo podesse ter o destino que lhe havia sido dado, nomeou-se uma commissão de pessoas technicas, á qual se encarregou a escolha do terreno e local apropriado para a fundação do projectado hospital.

Feitos os devidos exames, a commissão indicou a real quinta da Bemposta como reunindo todas as condições que se requerem para estabelecimentos de similhante natureza, pois que, a uma exposição elevada e ao norte da cidade, reúne abundancia de agua e sufficiente isolamento das habitações.

A quinta da Bemposta foi pelo decreto de 18 de março de 1854, e pela lei de 16 de julho de 1855, destinada para recreio do Rei, e fazendo parte do dominio publico, não pôde por esta circumstancia e pela disposição expressa do artigo 2.º da citada lei, ter applicação diversa sem nova authorisação do corpo legislativo; por estes fundamentos, e obtido o assentimento de Sua Magestade, temos a honra de apresentar-vos a seguinte

#### PROPOSTA DE LEI

Art. 1.º É applicada para fundação de um hospital, destinado para o tratamento das crianças pobres enfermas, a parte da real quinta da Bemposta, que para isso for necessaria.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 20 de junho de 1860. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello — José Maria do Casal Ribeiro.

Projecto de lei estabelecendo a permissão de remissão das pensões emphyteuticas e censiticas das mitras, parochias, seminarios, cabidos e fabricas cathedraes, collegiadas e corporações religiosas do sexo feminino no reino e illas adjacentes, apresentado pelo sr. deputado Ferrer em sessão de 19 do corrente

O valor dos bens ecclesiasticos eleva-se a muitos milhares de contos de réis, e o seu rendimento, não seria excessivo, se o calculo em mais de 600.000.000 réis. Tanta riqueza e tão grande rendimento corre ao desbarato. Não ha um sistema de administração regular que assegure a boa e facil arrecadação dos rendimentos, e o augmento d'estes pela melhor collocação dos capitais. Não ha tomboos feitos a curtos prazos, como recommendam os juristas, nem havia vedorias e inventarios legais e regulares antes da ultima lei que tive a honra de propor ao parlamento; nem, finalmente, têm sido observadas geralmente as leis que estabelecem garantias contra a alienação dos bens, e a redução dos fôros e censos.

A lei dos fôros serviu de pretexto para os fôros se subtrahirem ao pagamento dos fôros que realmente deviam, por não terem sido abolidos. A negligencia dos administradores d'estes bens tem dado lugar á confusão dos limites, a posses e prescripções dos possuidores, e a muitas demandas; e porem incerta grande parte da propriedade ecclesiastica. É mister, portanto, pôr um dique á torrente devastadora, que adquiere forças á proporção que se aproxima da sua foz, a morte total das religiosas.

Estas, sobretudo, votadas a uma vida espirital, e alheia dos bens terrenos, descuram completamente a propriedade e renda das suas corporações. A velhice augmenta ainda a sua negligencia de origem asceptica. Os procuradores de ordinario procuram mais para si do que para ellas; e é por isso que, chegando o rendimento dos bens das freiras para uma decente sustentação de mais do quadruplo das que actualmente existem, muitas soffrem grandes privações, e o thesouro gasta com ellas em subsidios muitos contos de réis. Quem não vê que este estado de cousas carece de remedio prompto e effez? O ex.º bispo do Porto, D. Jeronymo, já o indicou convertendo o prego de duas quintas da mitra em inscripções da junta do credito publico, o que muito augmentou os rendimentos episcopais.

Já em parte se occorreu a estas inconvenientes com aquella lei que mandou fazer os inventarios dos bens ecclesiasticos; porém esta lei, depois de executada em toda a extensão do seu objecto, sómente pôde assegurar a conservação dos bens no estado em que foram inventariados. É porém necessario passar adiante, e tomar as outras providencias aconselhadas pelos principios economicos e de justiça para garantir um rendimento certo e de facil arrecadação e administração, a fim de que se proveja effezmente á sustentação das religiosas, e ás mais despesas do culto e clero da religião catholica, declarada pela carta constitucional religião do estado. Sigamos n'esta parte o exemplo dos nossos vizinhos de Castella, a desamortisação dos bens ecclesiasticos, e a sua conversão em inscripções inalienaveis.

Parce-me, se me não engano, que pelo projecto que tenho a honra de vos apresentar se conseguem estes fins, e ainda se obtêm outros não menos importantes; subtrahir os parochos da dependencia em que se acham dos seus freguezes pela lei actual das congruas, e pelo menos, encaminhar as reformas para uma dotação permanente do culto e clero, que, tenho para mim, é o grande desideratum de todos os espiritos verdadeiramente religiosos.

Já se vê do exposto, que a minha intenção, fallando com a mão sobre a consciencia, foi sempre, e ainda é, prover á melhor sustentação dos ministros do altar e das esposas de Jesus Christo, e ao maior esplendor do culto externo da religião catholica. É por isso que não quero desviar, nem n'um setil, das applicações religiosas as rendas ecclesiasticas;

mas tambem me não soffre o coração tanta miseria no meio de tanta riqueza, tanta negligencia e de gradação, acobertadas com não sei que inviolabilidade de velhos abusos e fanatismos, incompativeis com as luzes do seculo em que vivemos.

Não tenho todos os dados estatisticos; mas pelos publicados no Boletim e mais documentos da secretaria de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça acreditado, que a renda dos bens ecclesiasticos, depois de reduzidos a inscripções da junta do credito publico, se não já, pelo menos para o futuro, chegará para as despesas do culto e clero. O numero das religiosas todos os dias diminui; e o valor dos bens ecclesiasticos ha de por certo subir muito do preço dos inventarios, muitas vezes regulado pelo rendimento mal administrado dos conventos. Este augmento dos valores, e o da renda pelos juros das inscripções, ha de necessariamente augmentar muito os rendimentos ecclesiasticos.

No projecto, que tenho a honra de vos apresentar, contém-se sómente as bases e regras fundamentais da reforma. Por isso proponho que o governo seja autorisado a desenvolver a, segundo o espirito d'esta proposta, de modo que se consigam os fins salutaes a que ella se encaminha.

#### PROPOSTA

Artigo 1.º As pensões emphyteuticas e censiticas das mitras, parochias, seminarios, cabidos e fabricas cathedraes, collegiadas, recolhimentos e corporações religiosas do sexo feminino do reino e illas adjacentes poderão ser remidas pelos fôros e censos dentro de um anno, a contar da promulgação da presente lei, pelo valor de vinte pensões e um laudemio, pagos em inscripções de 3 por cento da junta do credito publico, segundo o seu valor no mercado, ou em dinheiro corrente n'este reino, que será logo convertido nas ditas inscripções.

Art. 2.º Os bens de raiz das corporações e institutos mencionados no artigo 1.º, e, passado um anno, as prestações emphyteuticas e censiticas que não tiverem sido remidas, serão vendidas em hasta publica por inscripções de 3 por cento da junta do credito publico, segundo o seu valor no mercado, ou por dinheiro corrente n'este reino, que será logo reduzido ás ditas inscripções.

§ 1.º São tambem convertidos nas ditas inscripções os capitais circulares e a juro, e as outras dividas activas d'estas corporações e institutos.

§ 2.º Exceptuam-se os bens moveis, os paços episcopaes, seminarios, casas de recolhimentos, e conventos com suas casas, jardins e cercas contiguas, quando o valor d'estas não exceda a 2.000.000 réis, as igrejas e capellas, as casas necessarias para os cabidos e collegiadas, e as da residencia, passas e pé de altar dos parochos, que não serão vendidos.

§ 3.º São tambem exceptuadas da venda todos os bens moveis e de raiz, e os capitais circulares, ou a juro, das confrarias que se acham legalmente organisadas, das fabricas das igrejas parochias administradas pelas juntas de parochias, e as oblatas e patrimonios das capellas administradas por mordomos, os quaes todos continuarão a ser applicados para as despesas do culto e clero, segundo os compromissos, usos e costumes das parochias.

Art. 3.º Estas inscripções serão inalienaveis e averbadas em um grande livro da propriedade ecclesiastica do continente do reino e illas adjacentes. Este será conservado na junta do credito publico, que terá um cofre ecclesiastico e uma escripturação propria dos juros d'estas inscripções.

Art. 4.º Os bens moveis e de raiz dos institutos e corporações, mencionados nos §§ 2.º e 3.º do artigo 2.º, excepto o pé de altar dos parochos, serão descriptos e avaliados em inventarios, feitos pelos juizes de direito das respectivas comarcas, e conservados na secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos, ficando copia legal no cartorio do bispado a que pertencerem.

Art. 5.º Aos membros da junta do credito publico acrescerá mais um, eleito no tempo em que forem nomeados os outros, pelos pares e deputados ecclesiasticos, reunidos em commissão eleitoral, debaixo da presidencia do cardinal patriarcha. Este membro terá voto, e os mais direitos e obrigações que têm os outros membros da junta do credito publico.

Art. 6.º É o governo autorisado a marcar definitivamente, depois de feita a divisão ecclesiastica, as congruas ao patriarcha, arcebispos, bispos, prelados e vigarios capitulares: aos parochos e coadjutores, aos conegos e beneficiados, e ás religiosas actualmente existentes; os ordenados ao pessoal do magisterio e administração dos seminarios; e as sommas creadas para as despesas do culto das cathedraes, collegiadas, conventos e seminarios, ouvidos os prelados ordinarios.

§ 1.º As obras ordinarias e extraordinarias dos predios urbanos, declaradas no § 2.º do artigo 2.º, serão mandadas fazer pelo governo sobre consulta dos prelados ordinarios.

§ 2.º Exceptuam-se aquellas despesas tanto ordinarias como extraordinarias, que, por lei, uso ou compromisso, pertencem ás fabricas das igrejas parochias, á administração das juntas de parochia e das irmandades, como mordomos das capellas, ou a outros quaesquer fabricheiros.

§ 3.º Nas congruas dos parochos serão descontados os rendimentos dos passaes e do pé de altar, pertencentes aos parochos, e mencionados no § 2.º do artigo 2.º.

Art. 7.º As congruas, ordenados, e sommas de despeza, mencionadas no artigo 6.º e § 1.º, serão pagas pela junta do credito publico, do cofre dos juros ecclesiasticos.

Art. 8.º Se estes juros não chegarem para a despeza do culto e clero, o governo proporá annualmente ás cortes a quantia que faltar, para ser distribuida na proporção da contribuição predial, e cobrada simultaneamente como adicional a ella. Esta contribuição ecclesiastica será entregue á junta do credito publico.

Art. 9.º Na hypothese de que o rendimento das inscripções ecclesiasticas seja de sobre, desde já, ou para o futuro, para as precedentes applicações, as cortes supprirão d'ellas as despesas do culto, para o qual, com toda a pompa, não chegaram os rendimentos dos bens mencionados no § 3.º do artigo 2.º, sobre consulta dos prelados ordinarios.

Art. 10.º Logo que tiverem morrido todas as religiosas de um convento, ou por sua livre vontade se tiverem reunido em um convento as religiosas de outro, ou de outros conventos, as autoridades administrativas das localidades tomarão posse, em nome do estado, dos conventos vagos, das cercas e bens moveis descriptos nos inventarios mencionados no artigo 4.º E o governo procederá á venda d'esses bens em hasta publica, convertendo-se o seu producto em inscripções, nos termos do artigo 2.º, e com a applicação do artigo 7.º e seguintes.

§ 1.º Exceptuam-se os conventos e cercas que o governo julgar necessarios para estabelecimentos publicos, e os que de accordo com as autoridades ecclesiasticas converter no instituto ursino para educação do sexo feminino, e no instituto das irmãs da caridade para curar os enfermos pobres, sendo os institutos portuguezes, sujeitos aos prelados ordinarios portuguezes, e absolutamente independentes de prelados estrangeiros.

§ 2.º Em cada districto administrativo do reino e illas adjacentes haverá, pelo menos, tres conventos de ursulas, e outros tres de irmãs da caridade. O governo procurará converter desde já algumas casas de religiosas n'aquelles institutos de ac-

cordo com a auctoridade ecclesiastica, e com o consentimento das religiosas existentes.

§ 3.º N'estas casas de ursulas e irmãs da caridade poderão os prelados ordinarios admitir, recolhidas, pessoas honestas do sexo feminino, suso tentando-se á sua custa.

§ 4.º As congruas das ursulas e irmãs da caridade, as despesas do culto e da conservação dos edificios, serão pagas nos termos dos artigos 6.º, 7.º e seguintes.

Art. 11.º As sommas destinadas para as despesas do culto e clero de cada bispado serão pela junta do credito publico postas á disposição dos prelados ordinarios, aos semestres, e por elles pagas, segundo as folhas que previamente tiverem processado, e que tenham sido approvadas pelo governo.

§ unico. N'estas folhas serão attendidos os parochos impossibilitados de servir, e os encomendados que servirem durante o impedimento ou suspensão dos parochos collados, segundo o direito vigente.

Art. 12.º Logo que os juros das inscripções ecclesiasticas chegarem para a despeza do culto e clero, cessará o tributo ecclesiastico mencionado no artigo 8.º.

Art. 13.º Se, finalmente, houver sobre dos juros ecclesiasticos, ou porque excedam as despesas do culto e clero nos termos da presente lei, ou porque a piedade publica tenha augmentado o rendimento ecclesiastico, o governo applicará as sobras para ampliar as casas ou augmentar o numero dos institutos de ursulas e irmãs da caridade, ou para hospitaes e asylos de mendicidade, e de infancia desvalida.

Art. 14.º O governo não poderá distrahir os fundos do cofre ecclesiastico para outras applicações, que não sejam as prescriptas na presente lei; e os membros da junta do credito publico serão responsaveis por quaesquer desvios, sem lhes poder aproveitar a defeza de cumprimento de ordens do governo.

Art. 15.º Fica o governo autorisado a desenvolver, segundo o espirito d'esta lei, as bases substantiadas nos artigos antecedentes, por meio de regulamentos, dando annualmente conta ás cortes do uso que fizer das autorisações d'esta lei.

Art. 16.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, 16 de junho de 1860. — V. Ferrer.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Porto — Durante o mez de maio ultimo, diz o *Commercio do Porto*, foram extrahidas nas obras da barra da mesma cidade 456 pedras, prefazendo 236.216 metros cubicos.

As localidades em que se extrahiu esta quantidade de pedra foram: — no penedo de João Boi 57,71 metros cubicos — no rochedo dos Arrabadoiros 58,516 — nas Burnanceiras 113,50 — e na Cruz de Ferro 6,49 — o que prefaz aquelle total de 236.216.

Deram-se no mesmo mez 91 explosões, sendo 19 no penedo João Boi — 27 nos Arrabadoiros — 43 nas Burnanceiras — e 2 na Cruz de Ferro.

Nestas 91 explosões foram consumidas 304 arrobas de pólvora, sendo os cofres n'ellas empregados das seguintes capacidades: 9 de 6 arrobas cada um — 24 de 4 arrobas — 38 de 3 arrobas — e 20 de 2 arrobas.

Os dias uteis de trabalho no referido mez foram 25.

Segundo dizem as folhas portuenses a camara municipal projectava mandar illuminar o jardim de S. Lazaro d'aquella cidade.

Esposende — Na tarde de 12 do corrente, diz o *Commercio do Porto*, estando um individuo da freguezia das Marinhãs tirando sargão ao norte da barra de Espozende, foi arrastado pelas ondas para o mar. Um outro homem, que viu o perigo em que aquelle se achava, acudiu para o salvar, o que conseguiu, mas tão infelizmente, que deu a sua pela vida que salvára.

Envolvido pelo mar foi victima da sua humanitaria dedicação.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 18 do corrente, e de Paris até 16.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Paris, 18 de junho — O imperador Napoleão saiu de Baden, e chegará a Paris hoje ás dez horas da manhã.

Marselha, 18 — Desembarcaram aqui o irmão do imperador de Marrocos e o embaixador da mesma nação, com destino para Paris.

### PIEMONTE

Segundo as correspondencias de Genova, o movimento a favor de Garibaldi e da insurreição siciliana, longe de diminuir, de dia para dia augmenta na Italia do norte. Farine, presidente da sociedade nacional italiana e membro da camara dos deputados da Sardenha, chegou effectivamente á Sicilia, não obstante ter sido desmentida a noticia da sua partida para este paiz. Antes de sair publicou uma proclamação, que é dirigida aos soldados italianos do papa e do rei de Naples.

— Parece confirmar-se a noticia de que o governo sardo se propõe a contrahir um emprestimo de 150.000.000 de francos. (La Presse.)

### SICILIA

O ministerio organizado por Garibaldi compõe-se dos seguintes nomes: advogado Crispi, fazenda e reino; coronel Felix Orsini, guerra; barão Pesani, negocios estrangeiros; advogado Guarnieri, justiça; Gregorio Ugdeslana, instrução publica e cultos.

A Sicilia foi dividida em vinte e quatro districtos, devendo ter cada um o seu governador, os quaes ficam investidos dos poderes mais absolutos. (La Correspondencia de Espana.)

### SUISSA

Na ultima nota dirigida pela Suissa ao governo francez, em 23 de maio ultimo, o conselho federal começa por precisar a ultima combinação proposta pela França, e cujos elementos essenciaes são os seguintes: 1.º, a França cederá á Suissa uma pequena linha de montanhas, desde Mellerie até Col-de-Ferret; 2.º, consentirá em não ter força maritima no lago de Genebra, uma vez que a Suissa observe a reciprocidade a este respeito; 3.º, comprometter-se-á a não levantar fortificação alguma n'uma certa porção do territorio limitado pelos montes de Verache, Sion e Salève.

O conselho federal declara que estas concessões não lhe bastam, e que não podem tranquillisar a Suissa, nem compensar os direitos e vantagens que em 1815 foram concedidas e solememente garantidas á confederação, pela neutralisação estipulada pela Europa, para interesse geral. O conselho federal mantem pois o seu programma primitivo e persiste em pedir a cessão do territorio desde Col-de-Bonhomme até ao rio Usses e ao Reno; e depois de ter combatido ainda uma vez o sistema,

segundo o qual a neutralisação das provincias em letigio foi estipulada a favor do Piemonte, a titulo oneroso para a Suissa, elle encarrega os seus agentes diplomaticos de insistirem para que tenha lugar a reunião de uma conferencia europea, que decida a questão. (La Presse.)

### INGLATERRA

As recentes declarações feitas por lord Palmerston na camara dos commons relativamente á questão da Sicilia foram acolhidas em Londres, segundo as correspondencias d'esta cidade, como a expressão solemne, energica e decisiva, da sympathia que o gabinete inglez professa pela insurreição. A attitude tomada por lord Palmerston é o caminho directo para o reconhecimento official do que possa resultar da revolução tanto na Sicilia como em toda a parte meridional da Italia.

Quanto á parte que tomaram os inglezes na capitulação de Palermo, deprehende-se das declarações de lord Palmerston que a occupação do forte de Castellamare se achava estipulada na capitulação, sendo certo que, por este ou aquelle motivo, a occupação não teve lugar. O almirante inglez, procedendo assim, obrou sob sua propria responsabilidade. (La Presse.)

— Os jornaes catholicos de Dublin publicam diferentes cartas escriptas de Roma pelos voluntarios irlandezes. Foram apresentados ao summo pontifice no dia seguinte ao da sua chegada e receberam das suas mãos uma medalha com a effigie de S. Pedro, de um lado, e do outro a seguinte inscripção: «Os habitantes de Roma dedicam esta medalha aos irlandezes, que vieram defender os direitos do soberano, do pae commun dos fieis.»

A cor do uniforme da legião irlandeza é verde, e só podem assumir o commando officiaes irlandezes. (El Pensamiento Espanol.)

### MEXICO

Receberam-se pelo vapor *Fulton* noticias de Ve-

racruz que alcançam até ao dia 16 de Maio ultimo. No Mexico, Zuloaga que ha dois annos se demittiu da auctoridade suprema a favor de Miramon, publicou ultimamente um decreto, retirando a auctoridade a este, e assumindo de novo a direcção dos negocios.

Neste paiz parecia imminente uma crise. Na capital reina a maior miseria. Zuloaga reúne, conforme pôde, alguns milhares de soldados, a fim de atacar Puebla; porém, por outra parte, recia-se um ataque das constitucionaes. O general Uruga occupa Guanajuato com seis mil homens, e só espera por uma occasião favoravel para se apoderar do Mexico.

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

#### EMPANPE D. LUTIZ

#### NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,40	18,9	57,5	N.
3 t.	758,06	21,5	42,6	NNO.

#### DIA 20.

Maxima — temperatura .....	21,8 C.
Minima .....	15,0 »
(de noite) .....	5,0 »
Ozone (de dia) .....	4,0 »
Chuva (udometro) .....	3,8 Mil.
Evaporação (vapormetro) .....	2,0 »
Altura barometrica correcta .....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra .....	

## NOTICIAS COMMERCIAES

Mappa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 20 de junho

DESTINO	VITELLAS			FICARAM EXISTINDO		
	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL
Existiam .....	37	13	50	14	17	31
Entraram .....	290	139	429	26	27	53
Mortos .....	285	147	432	26	24	50
Reprovados .....	6	2	8	—	—	—

N. B. Fizeram-se debastamentos em quatro costellas.

Casa da administração, em 20 de junho de 1860. — O fiscal, Manuel Antonio Pinna.

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BAHIA DE LISBOA

Dia 20 de junho

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 16 horas, com diversas fazendas a G. A. Hancock & C.; 25 pessoas de tripulação, 1 malla e 65 passageiros.

Beotia, paquete inglez a vapor, capitão W. Simpson, de Alexandria em 14 dias, de Malta em 7, e de Gibraltar em 2, com algodão e mais generos a G. A. Hancock & C.; 30 pessoas de tripulação, 1 malla, e 6 passageiros; é da força de 250 cavalos. Destina-se para Liverpool e vem aqui receber carvão.

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordonneau, de S. Nazaire em 4 dias e meio, e de Vigo em 32 horas, com fazendas a H. Juhel; 25 pessoas de tripulação, 1 malla, e 19 passageiros.

Senhora das Necessidades, bote, mestre F. Netto, da Ericeira em 24 horas, com peixe salgado; 4 pessoas de tripulação.

Esperança, hiate portuguez, mestre A. Franco, de Setubal em 2 dias, com madeira e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Burgermeister Smid, brigue norueguez, capitão M. Lund, de Cardiff em 18 dias, com carvão a ordens; 9 pessoas de tripulação.

Clio, brigue escuna portugueza, capitão D. dos Santos, de Hull em 28 dias, da ilha Branca em 15, e do Portland em 8, com carvão a J. de Brito; 10 pessoas de tripulação.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

R. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. R. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereas e encomendas; 19 pessoas de tripulação e 51 passageiros.

Magdalena, hiate portuguez, mestre A. J. de Aguiar, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre J. A. Barreiros, para Sines, com trigo e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Conceição Bomfim, hiate portuguez, mestre J. F. da Silva, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Isabel, bateira, mestre M. Netto, para Setubal, com trigo e vazilhame; 6 pessoas de tripulação.

Destino, escuna portugueza, capitão F. M. da Cunha, para Liverpool, com azeite, lenha, e piasas; 8 pessoas de tripulação.

Senhora da Piedade, cahique portuguez, mestre B. da Rosa, para Villa Nova de Portimão, com milho, salla e encomendas; 9 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Antonio Joaquim, marítimo; portuguez.

Nova Esperança, hiate portuguez, mestre A. P. da Luz, para Setubal, com generos de mercearia e encomendas; 5 pessoas de tripulação.

Cisne do Minho, hiate portuguez, mestre J. M. dos Santos, para Caminha, com pedra de cal, e encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Estes tres ultimos navios foram registrados ontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Pago de Arcos.

Jesus Maria José, cahique portuguez, mestre J. Pires, para Tavira, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é: Manuel do Sacramento, marítimo portuguez.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Tentadora, bateira, mestre J. Maria, para Villa Nova de Milfontes, com assucar e encomendas; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Manuel Ignacio, Raphael Villaris, negociantes portuguezes.

Vekingen, brigue norueguez, capitão N. W. Elertson, para Bergen, com sal; 11 pessoas de tripulação.

Monteiro 1



Costa, para Ajuda, com polvora, ferro e mais generos; 20 pessoas de tripulação.

Flor do Vez, barca portueza, capitão S. F. das Neves, para o Pará, com vinho e mais generos; 14 pessoas de tripulação, e 17 passageiros, que são: Dionyzio da Motta, com 3 pessoas de família, artista; Guilherme Ribeiro Mendes, caixeiro; Manuel Rodrigues, João Avelino Afonso, João Antonio de Abreu, João Baptista, serventes; portugueses: D. Benjô, com 5 pessoas de família, J. Benhimol, M. Cohen, negociantes, marroquinos.

Flor do Dia, hiate portueza, mestre F. M. Faria, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Conceição Feliz, hiate portueza, mestre A. Rodrigues, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portueza a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com fazendas; 25 pessoas de tripulação, e 122 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 21 de junho de 1860.—J. C. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 21 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 20

Entradas—Patacho portueza S. José 2.º, de S. Miguel em 11 dias; vapores *ingleses*, *Cintura*, de Liverpool em 5 dias, e *Leda*, de Londres em 4.

Saídas—Sumacas hespanholas, *Boudna*, para Barril; *Travata*, para Barcelona. Fora da barra fica a galera portueza *Linda de Beiriz*. O mar está bom. O vento esteve SO. brando, N. forte, agora regular.

De Villa do Conde, do dia 18  
Entradas—Hiates, *San Segundo* e *Novo Viajante*, ambos de Setubal.  
Mar bom.—Vento S.

Do dia 19  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar bom.—Vento SO.

De Vianna, do dia 20  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
De Espinheira, do dia 17  
Entrou o hiate *Silencio*, de Setubal.

Do dia 18  
Entraram os hiates, *Eclipse* e *Boa Hora*, ambos de Setubal.  
De Caminha, do dia 20  
Saiu o hiate *Brilhante*, para Malaga.

Mar bom.—Vento NNO.  
De Aveiro, do dia 20  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.  
Mar agitado.—Vento NO.

Da Figueira, do dia 20  
Não entrou embarcação alguma.  
Saídas—Hiates portuezes, *Mentor*, para Caminha, com *pedra*; *Libania* e *Adelaide*, para Lisboa, com varios generos; *Des de Oubiro*, para o Porto, e *pedras*; *anca Nova Sociedade*, para o Porto, com pedras; *cabines*, *Bomfim* e *Licramento*, ambos para Coimbra, com sal.

Mar agitado.—Vento NNO. fresco.  
De Ericeira, do dia 20  
Entrou o cabique *Boa Ventura*, de Setubal, com arroz.

Mar agitado.—Vento NO.  
De Tavora, do dia 20  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento NO.  
De Villa Real de Santo Antonio, do dia 20  
Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.  
De Tavora, do dia 20  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Vento SO.  
De Villa Nova de Portimão, do dia 17  
Entradas—Hiates portuezes, *Boa Fortuna*, de Villa Real de Santo Antonio em 2 dias, em lastro; bote hespanhol *Santissima Trindade*, de Ayamonte em 3 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.  
Mar bom.  
Do dia 18  
Entrou o falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, de Ayamonte em 2 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.  
Mar chio.—Vento NO.  
Do dia 19  
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar chio.—Vento ONO. regular.  
Direção geral dos telegraphos do reino, em 21 de junho de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 21 de junho—3 por cento consolidado a 49,70 e 49,60.

Bolsa de Paris, em 21 de junho—3 por cento francez a 68,70—4 1/2 dito a 97.

Bolsa de Londres, em 21 de junho—Consolidados de 93 3/4 a 93 1/2.

## AVISOS

### MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 27 do corrente, ás oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Lisboa e sala das sessões, 21 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

A direcção annuncia que no dia 1 do proximo futuro mez de julho, pelas onze horas da manhã, se ha de proceder á venda em leilão de diferentes objectos de ouro, prata e joias, em conformidade do artigo 5.º do decreto de 6 de setembro de 1858.

Lisboa, 20 de junho de 1860.—O secretario, José Maria Gervasio Codina.

### MONTE PIO UNIAO

Não tendo comparecido numero legal de socios terça-feira 19, são estes novamente convidados a reunir-se em assembléa geral terça-feira 26 do corrente, ás oito horas da noite, para o fim já annuciado, que é a eleição dos logares vagos na commissão administrativa.

Sala das sessões, 21 de junho de 1860.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### NOVISSIMA GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA

Accommodada ao systema actual da instrucção publica, cujos exemplos formam o resumo da historia portueza, por João Antonio Dias.

O trabalho improprio a que o autor se prestou, accomodando a nossa historia nos exemplos das regras de grammatica, está completamente recompensado não só no bom resultado colhido pelos estudantes de instrucção primaria em seus exames, mas na facilidade com que elles estudam historia portueza, estudando grammatica.

Vende-se por 240 réis nas lojas seguintes, em Lisboa:

Dos srs. Lavado, rua Augusta, n.º 31.  
Pereira, dita rua, n.º 50.  
Moutinho, dita rua, n.º 81.  
Robim, rua nova do Almada.

Torato, rua do Oiro, n.º 229.  
Zeferino, rua dos Capellistas, n.º 87.

Na Ribeira de Santarem, pharmacia do Salgado. E em casa do autor, em Lisboa, na rua nova do Carvalho, n.º 66, 1.º andar, onde se descontam de 10 a 20 por cento, conforme a porção.

## ANNUNCIOS

1 PELO JUIZO DA 6.ª VARA, escripto Paes, e a requerimento de Mauricio Antonio Quaresma, correu editos de trinta dias, para se julgar livre e desembaraçada a pro-

priedade de casas, sita na rua da Prata, n.º 180 a 188, numerada moderna, e 163 a 167, numerada antiga, que foi do casal do fallecido José Zeferino Pacheco, e arrematada pelo annunciante: quem tiver que deduzir qualquer direito sobre a mesma o deverá fazer dentro do dito prazo na receita que se acha depositada, lançada a fl. 41 do liv. 16 da repartição dos orphãos, pena de lançamento, e de se julgar livre e desembaraçada a propriedade arrematada.

2 LUIZ ALFREDO MENDES, em extremo penhorado pelas demonstrações de sentimento recebidas de seus amigos e mais pessoas que se dignaram assistir ao funeral de sua mui to presada, e sempre chorada esposa D. Maria Amalia Franco Mendes, dirige-lhes por este meio, em quanto o não faz pessoalmente, os seus cordaes agradecimentos; e pede desculpa das omissões que houve nos convites, e que foi devido ao seu estado de consternação por tão inesperado quão fatal successo.

3 D. ANNA ADELAIDE LOUREIRO, sua cunhada D. Maria Thezeta da Silva Loureiro, e seus sobrinhos, agradecem por este meio aos numerosos amigos de seu fallecido irmão, e tio, o conselheiro José Jorge Loureiro, as provas de amizade e consideração, que durante a curta molestia do dito seu irmão e tio testamhararam, acompanhando depois o corpo de casa a sua ultima morada no cemiterio dos Prazeres; igualmente pedem desculpa de quaesquer omissões nos convites, devidas ao estado de consternação em que ficaram por tão repentino como doloroso acontecimento.

4 SÃO CONVOCADOS TODOS OS Srs. CREDORES á massa concordada de João Antonio Homem a reunirem-se no dia 27 do corrente, ás doze horas da manhã, na secretaria do tribunal do commercio, para deliberarem sobre as di-

vidas de difficil cobrança, e ouvirem ler o parecer da commissão de credores, que foi nomeada para rever as contas apresentadas pelo curador. Lisboa, 20 de junho de 1860.—O administrador fiscal, João Alfredo Dias.

5 PELO CARTORIO DO ESCRIVÃO LEMOS, do julgado de Vieira, promove Antonio Luiza de Araújo, da freguezia do Mosteiro, do dito julgado, os termos de habilitação, para curadoria das heranças dos ausentes seus irmãos, Joaquim Bernardino e João Antonio.

6 TENDO A ASSEMBLEIA GERAL procedido á eleição dos cargos para servirem no corrente anno, foram eleitos os seguintes senhores:

Mesa da assembléa geral  
Presidente, o ill.º sr. José Ennes.  
Vice-presidente, o ill.º sr. Sebastião José de Freitas.  
Secretarios, Francisco Gomes de Araújo

Ill.º sr. Antonio Maria dos Santos Brilhante  
Vice-secretarios, os Ill.ºs srs. Francisco Mendes da Silva Antonio Patricio Sobral.

Direcção effectiva  
Ill.ºs srs. Manuel Coelho Basto  
José Joaquim da Costa  
Antonio de Sousa Loureiro.

Direcção consultiva  
Ill.ºs srs. Joaquim Ferreira Pinto Basto  
Maximiliano Zacharias de Oliveira  
José Xavier Silveira da Motta  
Francisco Julio Caldas Aulete.

O secretario, Francisco Gomes de Araújo.

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 13". Longitude + 9° 8' 49". Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4.226

### QUADRO DAS OBSERVAÇÕES TRIHORARIAS

1860		BAROMETRO					THERMOMETRO								PSYCHROMETRO							
MAIO		ALTURA CORRECTA, EM MILIMETROS					EM GRAUS CENTESIMAIS								TENSÃO DO VAPOZ ATMOSFERICO EM MILIMETROS				HUMIDADE EM FRAÇÕES DE SATURAÇÃO = 100			
DIAS E PHASES DA LUA		9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	Médias do dia	EXPOSTO	À SOMBRA	EXPOSTO	À SOMBRA	EXPOSTO	À SOMBRA	À SOMBRA	À SOMBRA	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite
1		753,03	751,78	751,08	752,20	752,02	15,6	15,2	20,8	20,0	19,0	18,1	14,4	15,3	7,00	6,74	5,88	9,31	53,8	39,0	38,1	75,1
2		53,39	53,08	53,81	54,07	54,07	18,6	17,1	19,7	19,1	20,7	18,7	12,8	15,5	10,67	6,65	9,60	8,88	73,3	40,6	60,0	78,9
3		55,78	55,11	54,89	55,05	55,21	17,0	16,3	19,0	18,5	19,8	18,7	13,0	14,9	8,16	7,11	7,13	8,88	59,0	45,0	44,5	78,0
4		53,12	52,63	51,94	52,27	52,49	17,2	17,1	20,8	20,6	21,0	20,6	15,7	16,4	10,40	10,09	8,60	10,44	71,4	56,4	48,0	78,0
5		51,96	51,71	51,29	52,03	51,75	22,2	20,8	23,4	22,5	24,0	23,1	17,6	19,0	10,80	8,97	6,98	8,68	59,6	44,9	33,7	57,9
6		52,21	52,46	52,38	54,31	52,84	16,8	16,3	18,8	17,5	22,4	20,7	14,8	16,6	10,49	10,97	8,96	10,97	75,6	73,6	49,8	86,4
7		56,67	57,05	56,82	58,04	57,14	19,4	17,8	18,4	17,8	18,9	17,7	14,7	16,2	10,50	9,84	10,29	11,29	69,2	64,9	68,2	89,5
8		56,87	56,49	55,58	56,00	56,24	18,3	17,3	18,8	18,4	18,0	17,4	14,2	15,7	10,58	9,84	10,29	10,67	71,5	66,2	71,6	87,2
9		55,89	55,48	54,86	55,42	55,41	18,8	18,0	22,3	20,3	21,2	20,7	16,0	16,9	10,65	11,09	8,56	10,38	69,4	63,1	47,6	76,2
10		54,91	54,60	54,09	54,76	54,59	17,1	16,4	20,6	19,6	19,6	19,2	16,4	16,6	11,35	10,81	9,97	12,84	81,2	64,1	60,5	91,9
11		755,52	755,43	754,87	755,37	755,30	20,8	19,5	21,0	19,9	21,4	20,5	17,6	18,5	13,13	12,34	12,84	13,54	78,3	71,9	72,2	90,3
12		756,39	756,17	756,95	758,70	757,05	18,3	18,3	21,0	20,7	20,7	20,0	15,6	17,3	14,14	12,28	9,88	11,01	90,5	68,2	57,2	82,7
13		60,69	58,89	58,72	59,30	59,40	20,2	18,4	20,3	19,7	21,0	20,0	16,5	17,0	11,10	11,29	11,68	12,51	70,6	66,5	67,6	89,0
14		58,02	57,95	57,52	58,80	58,07	18,7	18,2	21,6	20,3	20,0	19,3	16,3	17,7	11,91	12,37	13,40	12,90	76,6	70,4	80,8	92,9
15		60,67	61,20	60,61	61,25	60,93	17,7	16,5	20,7	19,3	20,9	20,2	14,6	16,3	10,32	10,41	8,53	10,56	72,7	62,8	48,8	84,8
16		60,68	60,90	59,09	59,44	59,88	19,6	17,9	21,6	20,5	21,9	20,4	15,1	16,7	8,73	7,57	7,70	10,75	57,2	42,6	42,4	83,4
17		56,39	55,82	54,54	52,38	54,77	17,9	17,9	18,0	18,0	17,8	17,4	16,6	16,6	12,22	12,44	12,39	13,45	80,1	81,0	83,6	94,1
18		48,24	49,15	49,48	52,38	49,76	17,6	17,9	18,0	18,0	17,8	17,4	14,0	15,7	9,85	7,35	8,58	9,42	69,3	49,3	58,9	77,9
19		57,03	57,56	57,89	57,92	58,12	18,8	16,8	20,7	19,1	20,8	18,5	13,4	15,4	7,24	7,12	7,98	8,78	50,6	43,4	50,4	75,3
20		59,91	59,68	59,16	59,62	59,50	18,4	16,7	20,6	19,9	24,1	21,8	15,8	16,4	8,05	7,28	8,12	7,22	56,6	42,4	42,3	53,6
21		758,11	758,73	757,95	757,88	758,17	20,0	19,4	25,3	24,5	28,4	27,1	22,1	20,5	9,97	7,89	7,61	8,35	59,8	35,2	29,2	42,8
22		57,60	57,46	56,33	56,46	56,96	23,1	22,1	28,6	27,5	27,4	26,8	21,8	22,2	9,04	8,82	9,97	7,72	46,3	39,1	39,0	40,2
23		55,87	55,76	55,28	55,82	55,68	27,2	25,0	29,4	27,3	27,8	27,0	21,1	22,1	8,00	7,71	12,63	6,06	34,6	29,9	51,4	48,9
24		56,55	56,63	56,56	57,68	56,85	25,8	23,0	28,4	26,9	25,9	24,1	17,8	21,0	10,35	10,08	11,28	7,39	52,8	40,2	48,8	50,2
25		58,82	58,18	57,68	59,20	58,34	22,8	21,5	26,0	24,5	29,3	28,6	16,1	19,2	11,37	10,02	10,44	11,51	60,3	44,7	48,5	84,0
26		59,25	59,11	58,60	58,80	58,94	20,1	18,4	21,8	20,5	20,7	19,5	17,1	17,7	9,87	8,99	7,90	9,00	62,7	49,6	47,1	69,7
27		58,27	57,40	56,70	57,35	57,43	20,3	18,9	24,6	23,4	25,1	24,2	18,2	19,0	6,74	8,28	9,33	8,29	41,6	39,3	42,3	53,4
28		58,37	57,66	56,82	58,13	57,61	25,2	24,1	30,3	29,1	31,7	29,9	22,2	23,6	10,60	8,62	10,58	5,78	47,2	29,6	34,7	29,4
29		58,60	58,11	57,33	57,51	57,89	28,0	25,6	30,5	29,2	29,0	27,3	17,9	22,5	8,64	7,09	8,35	9,11	36,1	24,5	31,7	59,7
30		55,45	55,16	54,49	54,98	55,02	23,8	21,7	25,4	24,0	23,6	22,5	15,7	19,2	10,13	10,34	9,24	9,80	53,1	47,4	46,2	73,2
31		55,04	54,78	54,33	54,76	54,73	19,8	18,4	23,5	21,3	23,4	21,2	16,0	17,5	9,62	9,68	9,86	11,31	61,2	51,9	53,2	83,0
MÉDIAS		754,38	754,10	753,67	754,55	754,18	18,10	17,23	20,26	19,43	20,46	19,49	14,96	16,31	10,05	9,11	8,66	10,23	68,40	54,78	52,20	79,91
		757,35	757,22	756,86	757,64	757,27	18,74	17,69	20,38	19,49	20,65	19,52	15,57	16,76	10,66	10,04	10,09	11,02	70,25	59,85	60,40	82,40
		757,23	757,23	756,63	757,16	757,10	23,28	21,68	26,71	25,32	26,21	24,85	18,55	20,50	9,54	9,05	9,74	8,57	50,55	39,22	42,92	76,09
		756,41	756,21	755,75	756,47	756,21	20,15	18,96	22,59	21,94	22,56	21,40	16,43	17,94	10,07	9,39	9,51	9,90	62,66	50,89	51,56	72,96